

Artigo inicialmente publicado
na revista *The Manchester School*, Maio 1954.

Reproduzido em:

A. N. Agarwale e S. Singh (Coord. de), *A economia do subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro, Forense, 1969: 406-456 .
(Tradução para o Brasil de Maria Celina Whately.

Versão revista para Portugal com algumas alterações na ortografia e na sintaxe).



Prof. Arthur Lewis

O desenvolvimento económico com oferta ilimitada de mão-de-obra

Por W. Arthur Lewis

(Prémio Nobel 1979)

Este artigo foi escrito segundo a tradição clássica, aceitando as suas suposições e formulando as questões inerentes. Os clássicos, de Smith a Marx, supuseram ou aceitaram que se verificava uma oferta ilimitada de mão-de-obra a salários de subsistência. A seguir, perguntavam de que modo aumenta a produção com o decorrer do tempo, e encontraram a resposta na acumulação de capital, explicada pela análise da distribuição do rendimento. Assim, os sistemas clássicos determinavam simultaneamente a distribuição do rendimento e o crescimento do mesmo, juntamente com os preços relativos dos bens como subproduto de menor importância.

O interesse pelos preços e pela distribuição do rendimento permaneceu na era neoclássica, mas a oferta de mão-de-obra deixou de ser ilimitada e já então não se esperava que um modelo formal de análise económica explicasse a expansão do sistema através do tempo. A mudança de hipóteses e de interesses era bastante adequada Europa onde, efectivamente, havia limitação na oferta de mão-de-obra e onde durante o meio século seguinte tinha-se a impressão de que a expansão económica poderia ser vista como algo automático. Por outro lado, na maior parte da Ásia a oferta de trabalho é ilimitada e a

expansão económica não pode ser tida como garantida. No entanto, os problemas da Ásia atraíram muito poucos economistas na era neoclássica (os próprios economistas asiáticos absorveram as suposições e preocupações da economia europeia) e durante quase um século não se fez nenhum progresso no tipo de economia que serviria para ilustrar os problemas dos países com excedentes populacionais.

Quando foi publicado o livro de Keynes, *General Theory*, pensou-se que este esclareceria os problemas dos países com excedente de mão-de-obra, visto que supunha uma oferta de trabalho ilimitada, a preços correntes, e também porque fazia, nas páginas finais, certas observações sobre a expansão económica secular. No entanto, as reflexões posteriores revelaram que o livro de Keynes não só supunha oferta ilimitada de trabalho, mas também, e principalmente; oferta ilimitada de capital e de terra; isto era mais importante tanto a curto prazo, no sentido de que, superada a Restrição monetária, o limite real à expansão não está nos recursos físicos, mas na oferta limitada de trabalho, quanto no longo prazo, no sentido de que a expansão secular vê-se interrompida não pela escassez mas por uma poupança tornada cada vez mais supérflua. Aplicadas as soluções defendidas por Keynes, restabelecer-se-ia o sistema neoclássico. Daí não ser o keynesianismo, do ponto de vista dos países que contam com excedentes de trabalho, mais do que uma nota de rodapé para o neoclassicismo, embora se trate de uma longa nota, importante e mesmo fascinante. Assim, o estudo dessas economias tem que retroceder até aos economistas clássicos para encontrar um marco analítico em que possa encaixar de modo relevante os seus próprios problemas.

O propósito deste artigo é, portanto, descobrir o que se pode aproveitar do marco clássico para resolver os problemas da distribuição, acumulação e crescimento, em primeiro lugar, numa economia fechada e, depois, numa economia aberta. Não é este um ensaio sobre a história das doutrinas económicas e, assim, não nos deteremos em cada autor, individualmente, assim como não procuraremos investigar o que queriam dizer ou verificar a validade ou certeza de suas ideias. A nossa finalidade é principalmente actualizar seus esquemas à luz dos conhecimentos modernos, verificando em que medida podem os mesmos auxiliar-nos na compreensão dos problemas contemporâneos de grandes zonas da Terra.

A ECONOMIA FECHADA

Temos que iniciar supondo uma oferta de trabalho ilimitada e tomando-a como hipótese útil. Não pretendemos, repetimos uma vez mais, que isso seja válido para todas as regiões do mundo. Certamente não o é para o Reino Unido e para a Europa Norte Ocidental. Tão pouco

é válido para alguns países considerados como subdesenvolvidos; por exemplo, verifica-se aguda escassez de trabalhadores em algumas partes da África e da América Latina. Por outro lado, é óbvio que esta hipótese se aplica para as economias do Egipto, Índia ou Jamaica. A nossa finalidade não é superar a economia neoclássica mas, simplesmente, elaborar esquema diferente para aqueles países que não podem ser encaixados dentro das hipóteses neoclássicas. (nem keynesianas).

Pode-se dizer, primeiramente, que há oferta ilimitada de trabalho nos países onde a população é tão numerosa em relação ao capital e recursos naturais, que existem amplos sectores da economia em que a produtividade marginal do trabalho é ínfima, nula ou mesmo negativa. Diversos escritores chamaram a atenção para a existência de um desemprego “disfarçado” deste tipo, demonstrando em cada caso que a propriedade familiar é tão pequena que, se alguns membros da família obtivessem outras ocupações, os demais poderiam continuar a cultivar a terra do mesmo modo (teriam, naturalmente, que trabalhar mais: o argumento inclui a proposição de que em tais circunstâncias desejariam trabalhar mais). No entanto, o fenómeno não é de modo algum limitado ao campo. Outro amplo sector onde se verifica é o das ocupações eventuais: os carregadores do porto, carregadores de malas, os biscateiros, e outros. Estas ocupações apresentam em geral um número de pessoas muito maior do que o necessário e cada trabalhador ganha importâncias muito pequenas com este tipo de trabalho eventual; frequentemente, o número desses trabalhadores poderia reduzir-se a metade sem que o produto do sector diminuísse. Os vendedores ambulantes também se incluem neste tipo e são muito encontrados nas economias superpovoadas; cada pequeno comerciante só efectua algumas vendas; os mercados vêm-se repletos de tendas e ainda que fossem as mesmas reduzidas, em grande número, os consumidores não se ressentiriam disso de forma alguma, podendo, inclusive, ficar os consumidores em melhor situação, pois poderia diminuir a margem absorvida pelos retalhistas. Há vinte anos não se poderia escrever isso sem ter que parar para explicar por que motivo nestas circunstâncias os trabalhadores eventuais não viam os seus rendimentos reduzir-se a zero ou por que a produção dos camponeses não era totalmente absorvida pelas rendas sob forma de renda da terra. Actualmente, porém, estas proposições já não aterrorizam economistas.

É preciso dar maiores explicações nos casos em que os trabalhadores não estão auto-empregados, mas que trabalham por salário, visto que é mais difícil de acreditar que os patrões paguem salários que excedam a produtividade marginal. O mais importante dentre estes sectores é o de serviços domésticos que está, geralmente, ainda mais inchado nos países superpovoados que o comércio a varejo (em Barbados, 16% da população encontraram-se no

serviço doméstico). A razão disso é que, nos países superpovoados, o código de comportamento ético é de tal modo elaborado que se torna conveniente que cada pessoa ofereça a maior quantidade possível de trabalho. A linha de separação entre empregados e indivíduos economicamente dependentes do patrão é quase que imperceptível. O prestígio social exige que se tenham criados e um grande senhor pode ver-se obrigado a possuir todo um exército de empregados que não constituem, na realidade, senão uma pesada carga financeira. Isto não ocorre somente no serviço doméstico mas em todos os sectores ocupacionais. A maioria das casas comerciais dos países subdesenvolvidos possui grande número de “mensageiros”, cuja contribuição é desprezível; pode-se vê-los sentados na porta dos escritórios ou passeando pelas calçadas. Inclusive, nas mais severas depressões o patrão agrícola ou comercial deve, e assim se espera dele, manter sua força de trabalho seja de que modo for, dado que seria imoral despedi-los, pois como comeriam num país onde a única forma de subsídio ao desemprego é a caridade dos parentes? Resulta daí, inclusive nos sectores onde se trabalha por salário e, sobretudo no sector de serviço doméstico, que a produtividade marginal pode ser ínfima ou nula.

No entanto, o facto de a produtividade marginal ser nula ou ínfima não é de importância fundamental para nossa análise, O preço do trabalho, nestas economias, corresponde ao nível de subsistência (que será definido mais adiante). A oferta de trabalho é, portanto, “ilimitada” porquanto a oferta, a este preço, excede a demanda. Pode-se nessa situação criar novas empresas ou ampliar-se as antigas sem nenhum limite aos níveis de salários existentes; ou, para sermos mais exactos, a escassez de trabalho não impõe limite algum à criação de novas fontes de emprego. Se não permanecermos na indagação de se a produtividade marginal do trabalho é ínfima e, pelo contrário, nos perguntarmos somente quais seriam os sectores em que haveria trabalho adicional disponível no caso da criação de novas indústrias que oferecessem emprego a salários de subsistência, a resposta tornar-se-á ainda mais abrangente. Não contamos, então, somente com os camponeses, com os biscateiros, os pequenos comerciantes e os criados (domésticos e comerciais) mas temos também que referir-nos a outras três classes.

Em primeiro lugar, teríamos que mencionar as esposas e filhas. O emprego das mulheres fora de casa depende de grande número de factores, religiosos e convencionais, não podendo ser certamente visto somente como questão de oportunidades de emprego. Há, no entanto, certo número de países onde o limite actual para finalidades práticas é unicamente o das oportunidades de emprego. Isto verifica-se, por exemplo, mesmo no Reino Unido. A proporção de mulheres com emprego remunerado no Reino Unido varia enormemente de

uma região a outra, de acordo com as oportunidades de emprego existentes. Por exemplo, em 1939, enquanto havia cinquenta e duas mulheres com emprego remunerado para cada cem homens, no condado de Lancashire, havia somente quinze mulheres ocupadas nas mesmas condições no Sul de Gales. De forma semelhante, na Costa do Ouro, embora haja aguda escassez de trabalhadores masculinos, qualquer indústria que oferecesse bons empregos às mulheres seria assediada pelas mesmas. A transferência das mulheres de suas casas para os trabalhos comerciais é um dos traços mais notáveis do desenvolvimento económico. Essa utilização da mão-de-obra feminina não deixa de ter o seu custo, mas o lucro é considerável, visto que a maioria das coisas que as mulheres produzem em casa podem ser produzidas de modo muito melhor e mais barato fora de casa, graças às economias de grande escala da especialização e graças também à utilização de capital (trituração de grãos, colecta de água no rio ou na fonte, confecção de tecidos e vestidos, preparação da comida, ensino às crianças, atendimento aos doentes, etc.). Portanto, uma das maneiras mais seguras de aumentar o rendimento nacional consiste em criar novas fontes de ocupação fora de casa para as mulheres.

A segunda fonte de trabalho para a expansão da indústria é o aumento da população resultante do excedente de nascimentos em relação à mortalidade. Essa fonte é importante em qualquer análise dinâmica sobre o modo como se pode verificar a acumulação de capital e o aumento do emprego sem aumento dos salários reais. Era esta uma das pedras angulares do sistema de Ricardo. O aumento da população não é relevante para a análise clássica nem para a que desenvolveremos neste artigo, a menos que se possa demonstrar que o aumento demográfico é originado pelo desenvolvimento económico e que, de outro modo, não seria tão volumoso. Os economistas clássicos encontravam a prova desta proposição na lei da população de Malthus. Existe grande número de estudos do tipo “aquilo que Malthus *realmente* quis dizer”, os quais deixaremos de lado. A moderna teoria da população teve certo avanço ao analisar, separadamente, os efeitos do desenvolvimento sobre a taxa de natalidade e de mortalidade. Sabemos pouco sobre os primeiros. Não há provas de que a taxa de natalidade jamais aumente com o desenvolvimento económico. Na Europa Ocidental diminuiu durante os últimos oitenta anos. Não estamos muito certos sobre o porquê; suspeitamos que tenha sido devido a razões associadas com o desenvolvimento e esperamos que o mesmo possa ocorrer no resto do mundo, à medida que o desenvolvimento se amplie. Quanto à taxa de mortalidade, estamos mais seguros. Esta diminuiu de 40 a 12% com o desenvolvimento numa primeira fase, porque as melhores comunicações e o comércio eliminam a mortalidade proveniente da fome em certos locais; numa segunda etapa, porque

os melhores serviços de saúde pública eliminam as grandes epidemias como peste, varíola, cólera, malária, febre amarela e, eventualmente, tuberculose; e, numa terceira fase, porque sendo maiores as facilidades para o tratamento médico, salvam-se da morte vários indivíduos que de outro modo morreriam na infância ou na puberdade. Visto que o desenvolvimento tem efeito tão rápido e seguro sobre a taxa de mortalidade, enquanto o seu efeito sobre a taxa de natalidade é incerto e retardado, podemos concluir que o seu efeito imediato é originar um aumento demográfico; após algumas décadas começa a aumentar (assim esperamos) menos rapidamente.. Desta forma, em qualquer sociedade onde a taxa de mortalidade seja por volta de 40%, o efeito do desenvolvimento económico será gerar aumento na oferta de trabalho.

Marx mencionava uma terceira fonte de trabalho que deveria somar-se ao exército de reserva, a saber; o desemprego gerado por uma eficiência maior. Ricardo havia admitido que a invenção da máquina poderia reduzir o emprego. Marx apoderou-se do argumento e, de facto, generalizou-o, pois colocava no item de desemprego não somente aqueles que foram substituídos pela nova maquinaria, mas também os pequenos capitalistas e os auto-empregados que não poderiam competir com os capitalistas maiores e de dimensões crescentes e que desfrutavam os lucros das economias de escala. Actualmente este argumento é rechaçado sobre bases empíricas. É claro que o efeito da acumulação de capital no passado foi a redução da dimensão do exército de reserva e não seu aumento, perdendo, assim, o interesse algo que é “teoricamente” possível.

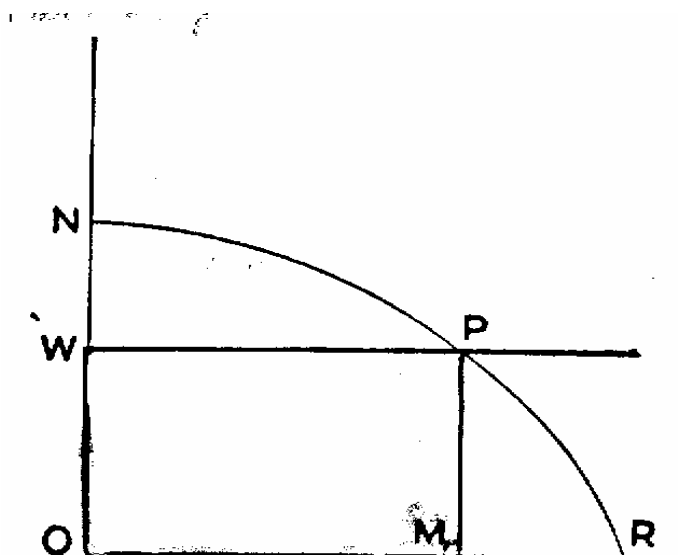
Se levarmos em conta todas as fontes que citamos – camponeses, trabalhadores eventuais, pequenos comerciantes., criados (domésticos e comerciais), mulheres e aumento demográfico - torna-se bastante claro que numa economia superpovoada pode-se verificar enorme expansão de novas indústrias ou novas oportunidades de emprego sem que se verifique nenhuma escassez de trabalho não qualificado que se torne patente no mercado do trabalho. Do ponto de vista do efeito do desenvolvimento económico sobre os salários, a oferta de trabalho é, praticamente, ilimitada.

Isto aplica-se, somente, ao trabalho não qualificado. Em qualquer momento pode-se verificar escassez de mão-de-obra qualificada de qualquer tipo, desde pedreiros, electricistas ou soldadores até engenheiros, biólogos ou administradores. No entanto, o trabalho qualificado é exactamente o que Marshall teria chamado de “quase estrangulamento”, se não tivesse o sentido da linguagem elegante. Isto porque se trata, unicamente de um estrangulamento temporal, no sentido de que se se dispõe de capital para o desenvolvimento, os capitalistas ou o governo proporcionarão de imediato as facilidades para o treinamento de maior número de trabalhadores qualificados. Os verdadeiros estrangulamentos são, portanto,

o. capital e os recursos naturais e podemos continuar supondo que sempre que se dispuser dos mesmos, também se poderá dispor da. qualificação necessária, ainda, que com algum desfasamento temporal.

Sabemos pela lei das proporções variáveis que se se dispõe de mão-de-obra ilimitada e pouco capital, este último não será uniformemente combinado com mão-de-obra. Só se empregaria mão-de-obra até que se reduzisse sua produtividade marginal a zero. No entanto, na prática o trabalho não é disponível a um salário nulo.. Assim, o capital será somente aplicado até ao ponto em que a produtividade marginal do trabalho se torne igual ao salário corrente. Isto pode ser visto na Fig. 1. O eixo horizontal mede a quantidade de trabalho e o eixo vertical mede o seu produto marginal. Há uma quantidade fixa de capital. OW corresponde ao salário corrente.

Fig. 1 - QUANTIDADE DE TRABALHO



Se o produto marginal do trabalho fosse zero, fora do sector capitalista, dever-se-ia empregar OR . Mas só é compensador o emprego de OM no sector capitalista. O excedente dos capitalistas corresponde a WNP . $OWPM$ representa os salários dos trabalhadores no sector capitalista, enquanto que aqueles que se encontram fora deste sector (isto é. além de M) ganham o que podem no sector de subsistência da economia.

A análise requer uma elaboração maior. Em primeiro lugar, depois do que dissemos anteriormente sobre os padrões que mantêm empregados inúteis nestas economias, pode parecer estranho que digamos agora que a mão-de-obra será empregada até ao ponto em que o salário se torne igual à produtividade marginal. No entanto, esta talvez seja, provavelmente, a hipótese que devemos fazer quando nos dedicamos à análise da expansão do sector capitalista da economia; porque o tipo de capitalista que produz a expansão económica não é mesmo que trata os seus empregados como criados. Este tipo de capitalista tem mentalidade mais comercial e é mais consciente da eficiência, dos custos e da rentabilidade. Assim, se o nosso interesse está voltado para o sector capitalista em expansão, a hipótese da maximização dos lucros é, provavelmente, uma aproximação válida da verdade.

Tratemos agora do uso dos termos sector “capitalista” e sector de “subsistência”. O sector capitalista é a parte da economia que utiliza capital reproduzível e que retribui os capitalistas pelo uso deste. (Isto coincide com a definição de Smith sobre os trabalhadores produtivos que são aqueles que trabalham com capital e cujo produto pode, portanto, ser vendido a preço superior ao seu salário). Poderíamos dizer que os capitalistas alugam o seu capital aos camponeses; neste caso, havendo por definição um número ilimitado de camponeses, somente alguns dentre eles obterão capital e estes terão que, pagar pelo seu uso um preço que apenas lhes permite rendimentos de subsistência; no entanto, o uso do capital é mais frequentemente controlado pelos capitalistas que arrendam os serviços do trabalho. A análise clássica baseava-se, portanto, na hipótese de que o capital era utilizado para alugar pessoas. Isto não faz nenhuma diferença para a tese e, por conveniência, seguiremos a última colocação. O sector de subsistência é, por exclusão, toda aquela parte da economia que não utiliza capital reproduzível. O produto *per capita* é menor neste sector do que no capitalista, pois não é frutificado pelo capital (daí chamar-se “improdutivo”; a diferença entre produtivo e improdutivo não tem nada a ver com o facto de o trabalho produzir ou não o lucro, como afirmaram, escarnejadora, mas erroneamente alguns neoclássicos). À medida que se dispõe de mais capital pode-se levar mais trabalhadores do sector de subsistência para o capitalista, aumentando o produto *per capita* à medida que se passa de um sector para outro.

Em terceiro lugar, consideremos que o sector capitalista, assim como o de subsistência, também pode estar subdividido. Não temos durante a expansão urna ilha de emprego capitalista cercada de um vasto mar de trabalhadores de subsistência, mas sim, certo número de ilhas diminutas deste tipo. Isto é muito típico nos países que se encontram nas primeiras fases de desenvolvimento. Encontramos aí algumas indústrias altamente capitalizadas, como a de mineração ou a. energia eléctrica, lado a lado com técnicas mais

primitivas; algumas grandes lojas para a classe de altos rendimentos, rodeadas de comércio do tipo antiquado; algumas culturas altamente especializadas, cercadas por um mar de camponeses. Mas encontramos também os mesmos contrastes fora da vida económica. Verifica-se a existência de uma ou duas cidades modernas, com a melhor arquitectura, abastecimento de água, boas comunicações e outras coisas semelhantes, para as quais convergem indivíduos de outras cidades e povos que poderiam pertencer a outro planeta. Verifica-se, inclusive, o mesmo contraste em relação às pessoas, contrastando os indivíduos altamente ocidentalizados, bem vestidos, educados nas universidades ocidentais, falando idiomas ocidentais e discutindo Beethoven, Mill, Marx ou Einstein, com a grande massa de seus compatriotas que vivem em mundos bem diferentes. O capital e as novas ideias não se acham regularmente difundidos por toda a economia; encontram-se altamente concentrados em certo número de pontos, de onde se estendem para fora.

Embora o sector capitalizado possa ser subdividido em ilhas, continua sendo um só sector devido ao efeito da concorrência que tende a igualar os lucros do capital. O princípio competitivo não exige que se empregue a mesma quantidade de capital por pessoa em cada “ilha”, ou que o lucro médio por unidade de capital seja o mesmo, mas somente que o lucro marginal seja o mesmo: Assim, embora os lucros marginais fossem os mesmos em todas as partes, as ilhas que produzissem com rendimento decrescente poderiam ser mais rentáveis que as outras, visto que os primeiros capitalistas teriam ocupado os pontos mais vantajosos. Mas, de qualquer maneira, os lucros marginais não são os mesmos em todas as partes. Nas economias atrasadas o conhecimento é um dos bens mais escassos. Os capitalistas têm experiência de certo tipo de investimento, suponhamos o comércio, ou a agricultura de plantação, e na prática não se deslocam, por exemplo, para as manufacturas e dedicam-se àquilo que conhecem. Assim, a economia encontra-se frequentemente desequilibrada no sentido de que existe excesso de investimento em algumas partes e subinvestimento em outras. As instituições financeiras também se encontram mais altamente desenvolvidas para uns fins que para outros: pode-se obter capital mais barato para o comércio do que para a construção ou a agricultura camponesa, por exemplo, Numa economia altamente desenvolvida, inclusive, a tendência do capital de fluir regularmente por toda a economia é muito fraca; nas economias atrasadas apenas existe. No total são, inevitavelmente, fragmentos altamente desenvolvidos, cercados pela obscuridade económica.

A seguir, devemos dizer alguma coisa sobre o nível de salários. O salário que o sector capitalista em expansão é obrigado a pagar é determinado pelo que se pode ganhar fora deste sector. Os economistas clássicos costumavam pensar que o salário era determinado pelo ne-

cessário à subsistência e isto pode ser a solução correcta em alguns casos. No entanto, nas economias em que a maioria da população é formada por camponeses que trabalham sua própria terra, contamos com um índice mais objectivo, porque o mínimo que se pode pagar como salário é estabelecido pelo produto médio do camponês; os homens não abandonarão as suas terras se o salário representar menos do que podem consumir permanecendo em suas casas. Infelizmente, este nível objectivo desaparece de novo quando os camponeses estão sujeitos ao arrendamento da terra, porque o seu rendimento líquido dependerá, então, da importância que têm que pagar, e nos países superpovoados o arrendamento será, provavelmente, estabelecido de modo a deixar ao camponês unicamente o suficiente para sua subsistência. Não é, no entanto, de maior importância para a argumentação que os lucros no sector de subsistência estejam determinados, objectivamente, pelo nível de produtividade dos camponeses ou, subjectivamente, em termos de nível de vida convencional. Qualquer que seja o mecanismo, o resultado é uma oferta ilimitada de mão-de-obra pela qual se oferece um salário mínimo.

O facto de que o nível de salários do sector capitalista depende daquilo que se ganha no sector de subsistência é, às vezes, da maior importância política, visto que isso se reflecte no interesse directo dos capitalistas em manter baixa a produtividade dos trabalhadores de subsistência. Desse modo, os proprietários de plantações não têm nenhum interesse em proporcionar aos camponeses novos conhecimentos técnicos ou conhecimento sobre novas sementes, e tendo os proprietários influência no governo, não utilizarão essa influência a fim de ampliar as facilidades para a extensão rural. Não apoiarão as propostas de colonização e, pelo contrário, tratarão de expulsar os camponeses de suas terras. (Cf. Marx sobre a "acumulação primitiva"). Isto é, por exemplo, um dos piores aspectos do imperialismo. Os imperialistas investem capital e alugam a mão-de-obra; o seu lucro depende da manutenção de salários baixos, e mesmo quando não tornam a economia de subsistência mais pobre será raro vê-los tomar qualquer providência para torná-la mais produtiva. Na realidade, a história de todas as potências imperialistas na África é, de facto, a história do empobrecimento da economia de subsistência, seja subtraindo a terra à população, seja exigindo trabalho forçado no sector capitalista, ou criando impostos que tornem obrigatório que a população trabalhe para os patrões capitalistas. Comparando com o que gastam para melhorar a agricultura de plantação ou a mineração, o gasto no primeiro caso, na África, tem sido ínfimo. O fracasso do imperialismo em elevar os padrões de vida não deve ser totalmente atribuído ao interesse próprio, mas há vários lugares em que ele pode ser directamente relacionado aos efeitos do investimento de capital na agricultura ou na mineração.

Os rendimentos do sector de subsistência estabelecem o mínimo para os salários do sector capitalista, mas, na prática, os salários tem ele ser superiores e há, geralmente, uma diferença de 30% ou mais entre os salários capitalistas e os rendimentos de subsistência. Esta brecha pode ser explicada de diversos modos. Uma parte da diferença é ilusória, devido ao custo mais elevado de vida no sector capitalista. Isto pode ser devido ao fato de estar o sector capitalista concentrado em cidades congestionadas, de modo que os alugueres e os custos de transporte são mais altos. Há, de qualquer modo, uma diferença considerável também nos salários reais. Isto pode tornar-se necessário devido ao custo psicológico da mudança de um modo de vida despreocupado no sector de subsistência para um ambiente mais disciplinado e urbanizado do sector capitalista. Pode, ainda, ser um reconhecimento de que a mão-de-obra não qualificada torna-se inclusive mais útil para o sector capitalista, após ter permanecido neste por algum tempo, do que o trabalho do homem recém-chegado do campo. Ou podem representar uma diferença de níveis convencionais porque os trabalhadores do sector capitalista adquirem gostos e prestígio social que têm que ser endossados por salários reais mais elevados. Que esta última possa ser a explicação é sugerido pelos casos em que os trabalhadores capitalistas se organizam sindicalmente lutam para proteger ou aumentar os seus salários. Mas esta diferença salarial existe mesmo quando não há sindicatos.

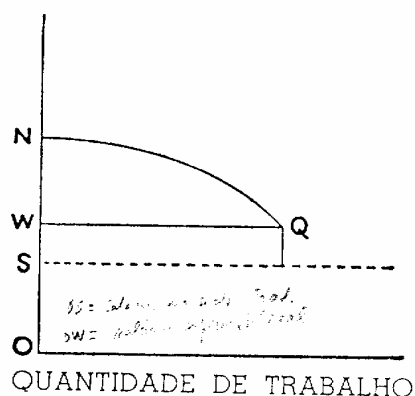


Fig. 2

O efeito desta diferença é demonstrado graficamente na Fig. 2, que é apresentada do mesmo modo que a Fig. 1. *OS* representa agora aquilo que se ganha no sector de subsistência e *OW* corresponde ao salário capitalista (real, não nominal). Fazendo uma analogia com o mar,

poderíamos dizer que a fronteira da concorrência entre o trabalho capitalista e o de subsistência não aparece agora como uma praia, mas como um penhasco.

Este fenómeno da diferença entre as remunerações de ofertantes competitivos é, inclusive, encontrado nas economias mais adiantadas. Muitas das diferenças entre as remunerações das diferentes classes da população (grau de especialização, de educação, de responsabilidade ou de prestígio) podem ser descritas somente nestes termos. O fenómeno tampouco se limita ao trabalho. Sabemos, desde logo, que duas empresas num mercado competitivo não têm nenhuma razão para obter os mesmos lucros médios, se uma for superior à outra; projectamos essa diferença nas rendas e esperamos somente que as taxas marginais de lucro sejam as mesmas. Sabemos também que as taxas marginais não serão iguais se prevalecer a ignorância; este ponto já foi, anteriormente, mencionado. O que parece excepcional numa indústria competitiva é encontrar diferença nos lucros marginais ou nos custos marginais sem ignorância e, ainda assim, sem que a empresa mais eficiente expulse a sua rival do mercado. É como se a mais eficiente dissesse: "Posso competir com você, mas não o farei", que é o mesmo que se dá com a mão-de-obra de subsistência quando não se transfere para o emprêgo capitalista. À empresa mais eficiente, em vez de competir onde seus custos reais são marginalmente menores que os de suas rivais, estabelece para si mesma níveis superiores de remuneração. Paga mais a seus trabalhadores e amplia os serviços de bem-estar, concede bôlsas de estudo e pensões aos mesmos. Isto exige taxa mais elevada de investimentos marginais; enquanto seus concorrentes se satisfariam com 10%, exige 20% para manter seu desempenho. Faz gastos que lhe proporcionam prestígio, tais como contribuições para hospitais, universidades, auxílios a inundações e outros semelhantes. Seus dirigentes mais importantes gastam seu tempo assistindo a reuniões de comitês públicos e não obrigados a delegar poderes a outros que executam seu trabalho. Quando levamos em conta tudo isso não nos surpreendemos, de modo algum, em verificar um equilíbrio competitivo, podendo sobreviver facilmente empresas de custos elevados ao lado de empresas de eficiência muito maior.

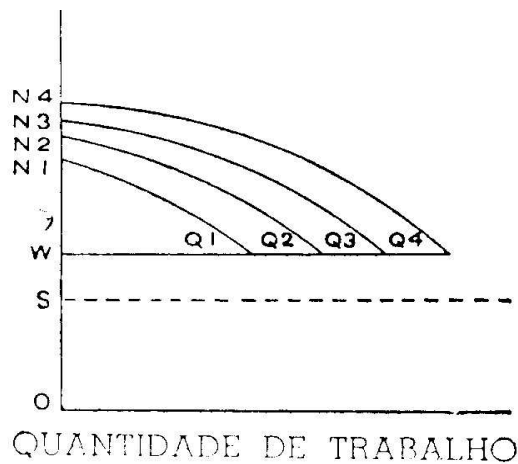


Fig. 3

Até o momento não fizemos mais que preparar o cenário. Agora tem início a peça. Podemos começar a seguir o processo de expansão económica. A chave do processo é a utilização que se faz do excedente capitalista. Na medida em que este é reinvestido a fim de criar novo capital, o sector capitalista amplia-se, transferindo-se maior número de indivíduos do sector de subsistência para o sector capitalista. O excedente tornava-se, então, ainda maior; a formação de capital aumenta ainda mais e, assim, o processo continua até que desaparece o excedente de mão-de-obra.

OS corresponde, como antes, ao rendimento médio no sector de subsistência e OW ao salário capitalista. $WN_1 Q_1$ representa o excedente na fase inicial. Visto que uma parte deste é reinvestida, aumenta a quantidade de capital fixo. Daí se deslocar a curva de produtividade marginal para cima, até o nível de $N_2 Q_2$. Tanto o excedente quanto o emprego capitalista aumentam. A reinversão posterior eleva a curva de produtividade marginal a $N_3 Q_3$. E o processo continua enquanto existir excedente de mão-de-obra.

Para que prossigamos são necessários vários comentários. Em, primeiro lugar, no que diz respeito à relação entre capital, progresso técnico e produtividade. Deveria ser possível, teoricamente, distinguir entre o aumento de capital e o aumento dos conhecimentos técnicos mas isto na prática não é nem possível nem necessário para os fins da nossa análise. Quanto à análise estatística, é fácil verificar a diferença de impacto do capital e do conhecimento em qualquer indústria. Se o produto é homogéneo

através do tempo, sempre que os *insumos (inputs)* físicos são também invariáveis (em espécie) e os preços relativos dos *insumos* se mantêm constantes. Mas quando tratamos de levar isso à prática, para qualquer indústria, verificamos que o produto alterou, tendo-se dado o mesmo com os factores e com os preços relativos, de modo que podemos obter grande número de índices de progresso técnico a partir dos mesmos dados, de acordo com as hipóteses e o tipo de número índice que utilizemos. Para fins desta análise é, de qualquer forma, desnecessário distinguir entre formação capital e aumento de conhecimento no sector capitalista. O aumento conhecimento técnico fora deste sector seria fundamentalmente importante visto que elevaria o nível dos salários e reduziria o excedente capitalista. Mas, dentro do sector capitalista, o conhecimento e o capital actuam na mesma direcção, a fim de elevar o excedente e incrementar a ocupação. Trabalham também em conjunto. A aplicação novos conhecimentos técnicos requer, geralmente, novos investimentos e seja no caso de o novo conhecimento poupar capital (equivalendo, desse modo, a um aumento de capital), seja no caso de poupar trabalho (equivalendo então a um incremento da produtividade marginal do trabalho) não tem maior importância para o nosso diagrama. O capital e o conhecimento técnico actuam conjuntamente no sentido que nas economias em que a técnica se apresenta estagnada a poupança não é, em geral, prontamente aplicada no aumento de capital produtivo; em tais economias é mais comum utilizar a poupança: para construir pirâmides, igrejas e outros bens de consumo duráveis deste tipo. Consequentemente, o aumento do capital produtivo e o aumento dos conhecimentos técnicos são, nessa análise, tratados como um só fenómeno (assim como decidimos, anteriormente, tratar o aumento da oferta de trabalho qualificado e o aumento de capital como fenómeno único para a análise de longo prazo).

Consideremos, a seguir, mais profundamente, o excedente capitalista. Malthus indagava que fariam os capitalistas com o excedente cada vez maior; traria a superabundância? Ricardo replicava que não haveria superabundância; aquilo que os próprios capitalistas não consumissem seria utilizado para pagar os salários dos trabalhadores a fim de criar mais capital fixo (esta é uma interpretação livre visto que os economistas clássicos associavam a expansão do emprego a um maior aumento do capital circulante em vez de capital fixo). Este novo capital fixo tornaria possível que, na fase seguinte, fosse empregado maior número de pessoas no sector capitalista. Malthus persistia: por que os capitalistas produziram mais capital a fim de produzir maior excedente que só poderia ser utilizado para produzir mais capital e assim *ad infinitum*? Marx respondeu a isso. - Os capitalistas têm paixão pela acumulação de capital. Ricardo deu outra resposta. - Se não

quiserem acumular, consumirão ao invés de poupar sempre que não haja propensão ao entesouramento, não haverá superabundância. O emprego não será, na fase seguinte, tão grande como teria sido se não tivesse sido criado mais capital fixo, atraindo desse modo maior número de trabalhadores para o sector capitalista, mas enquanto não existir entesouramento, é indiferente para o nível corrente de emprego que os capitalistas decidam consumir ou poupar. Malthus levantou, então, outro problema: suponhamos que os capitalistas poupem e invistam, sem entesourar. O facto de que o capital aumenta mais rapidamente que o consumo não deveria levar a uma diminuição da taxa de lucro do capital até que chegasse o momento, em que se decidisse que não vale a pena investir? Ricardo afirmava ser isto impossível; visto que a oferta de trabalho é ilimitada, pode-se sempre encontrar emprego para qualquer quantidade de capital. Isto é absolutamente certo no seu modelo; no modelo neoclássico, o capital aumenta mais depressa que o trabalho e, assim, teríamos que nos perguntar se a taxa de lucros não diminuiria, mas no modelo clássico a oferta ilimitada de trabalho significa que a relação capital/trabalho e, portanto, a taxa do excedente, pode manter-se constante para qualquer quantidade de capital (isto significa que é possível um "alargamento" ilimitado). O único problema é que pode dar-se uma escassez de recursos naturais de modo que, ainda que os capitalistas obtenham boa quantidade de mão-de-obra, terão de pagar rendas cada vez maiores aos proprietários de terra. Era isto o que preocupava Ricardo. Para êle era importante distinguir entre a parte do excedente que se dirige aos proprietários de terra e a parte que se dirige aos capitalistas, visto acreditar que o desenvolvimento económico, aumento., inevitavelmente, a escassez relativa da terra. Actualmente não temos tanta certeza disso quanto Ricardo. O desenvolvimento incrementa, certamente; as rendas das propriedades urbanas de um modo fantástico; mas seu efeito sobre as rendas rurais depende da taxa de progresso técnico na agricultura, que foram subestimadas por Malthus e Ricardo. Se supusermos progresso técnico na agricultura, nenhum entesouramento e mão-de-obra ilimitada a um salário constante, a taxa de lucros do capital não pode diminuir. Deve, ao contrário, aumentar, visto que todos os lucros do progresso técnico do sector capitalista se dirigem aos capitalistas.

O interesse de Marx pelo excedente era ao mesmo tempo ético e científico. Considerava-o como roubo em relação aos trabalhadores. Seus sucessores já não estão tão seguros quanto a isso. Afinal de contas, o excedente só é parcialmente consumido; a outra parte é utilizada para a formação de capital. Quanto à parte que se consome, uma porção da mesma corresponde a um autêntico pagamento a serviços prestados, sejam esses serviços empresariais ou de direcção, assim como serviço dos administradores públicos, pagos com

impostos ou mantidos pelas próprias rendas enquanto executam funções públicas não remuneradas tais como magistrados, representantes ou coisas semelhantes. Inclusive na U.R.S.S. todos estes funcionários são pagos com o excedente e recebem, sem dúvida alguma, salários muito bons. É discutível se esses serviços são excessivamente bem remunerados; para isso temos os impostos progressivos, sendo também um dos argumentos mais duvidosos para a nacionalização (mais duvidoso porque os funcionários das empresas públicas têm que ser pagos à taxa do mercado, se a economia só é parcialmente nacionalizada). Mas não é defensável que toda essa parte do excedente (isto é, a parte consumida) pertença moralmente aos trabalhadores, em qualquer sentido. Quanto à parte que é utilizada para formação de capital, a experiência: da U.R.S.S. prova que esta aumenta, ao invés de diminuir, ao transformar-se a propriedade do capital. A expropriação priva os capitalistas do controle desta parte do excedente e do direito a consumi-la numa época posterior, mas não contribui em nada para transferir esta parte do excedente aos trabalhadores...A abordagem emocional de Marx representa uma reacção natural aos escritores clássicos que, muitas vezes, agiam como se o excedente capitalista e seu incremento fossem tudo o que contava na renda nacional (cf. Ricardo que o denominava "renda líquida" da produção). No entanto, tudo isto é accidental, pois nosso interesse no momento não se refere a questões éticas mas ao mecanismo do modelo.

O problema central da teoria do desenvolvimento económico é a compreensão do processo pelo qual uma comunidade que anteriormente não, poupava nem investia mais que 4 ou 5 por cento da sua renda nacional, ou ainda menos, transforma-se numa economia em que a poupança voluntária se situa por volta de 12 ou 15% do rendimento nacional, ou mais. Este é o problema central porque a questão principal do desenvolvimento económico é a rápida acumulação de capital (incluindo aí os conhecimentos e especializações). Nenhuma revolução "industrial" pode ser explicada (como o pretendiam alguns historiadores económicos) enquanto não se puder explicar por que aumentou, relativamente, a poupança em relação ao rendimento nacional.

É possível que a explicação seja, simplesmente, que ocorre alguma transformação psicológica que torna a população mais austera. No entanto, esta explicação não é plausível. A população em geral não nos interessa, mas, somente, os 10% que possuem os rendimentos mais elevados que, nos países com excedente de mão-de-obra, detêm até 40% do rendimento nacional (próximo de 30% nos países mais desenvolvidos). Os 90% restantes da população não conseguem nunca poupar uma fracção significativa dos seus rendimentos. O

problema de maior importância é saber por que esses 10% de altos rendimentos passam a poupar mais. O motivo pode ser uma decisão dos mesmos de consumir menos, mas isto não confere com os factos. Não existe nenhuma prova de diminuição do consumo pessoal desses 10%, no momento em que se dão as revoluções industriais. É também possível que, embora não poupem mais, gastem menos dos seus rendimentos em bens de consumo duráveis (túmulos, casas de campo, templos) e mais em capital produtivo. Ao compararmos diferentes civilizações descobriremos, certamente, diferenças surpreendentes quanto à distribuição do rendimento entre os gastos. As civilizações que apresentam rápido crescimento técnico ou uma expansão de outras oportunidades contam com formas de aplicação mais rentáveis para o investimento que as tecnologicamente estagnadas e orientam os capitais para canais produtivos e não para a construção de monumentos. Mas se tomarmos um país somente durante os anos em que se processa uma revolução na taxa de formação de capital, não se dá nenhuma transformação notável neste aspecto. Julgando-se pelas informações disponíveis, os 10% superiores da Inglaterra não gastavam menos em bens de consumo duráveis em 1800 do que em 1700.

A explicação mais plausível será certamente a de que se poupa mais porque há mais o que poupar. Isto não significa, simplesmente, que o rendimento nacional *per capita* seja maior, visto que não há provas claras de que a proporção do rendimento nacional poupado aumente com o rendimento nacional por habitante; em todo o caso, as provas dispersas que possuímos para os Estados Unidos e para o Reino Unido sugerem que não é isso que se verifica. É muito mais provável que a explicação se encontre no aumento relativo da poupança no que se refere ao rendimento nacional porque os rendimentos dos que poupam também aumentam em relação a este. O problema central do desenvolvimento económico é que a distribuição do rendimento se altera em benefício da classe poupadora.

Praticamente toda a poupança provém daqueles que têm lucros ou rendimentos. A poupança dos trabalhadores é muito pequena. As classes médias poupam alguma coisa, mas em todas as comunidades a poupança das classes médias tem, na prática, poucas consequências para o investimento produtivo. A maioria dos membros da classe média dedica-se a uma constante luta para manter-se em dia como consumidor; quando consegue poupar o suficiente para adquirir uma casa pode dar-se por satisfeita. Por vezes poupa para educar os seus filhos ou para garantir a sua velhice, mas esta poupança é virtualmente equilibrada pelas *despoupanças* realizadas com a mesma finalidade. Os seguros são a forma favorita de poupança da classe média nas sociedades modernas, mas, no Reino Unido, onde esse hábito se encontra extremamente desenvolvido, o aumento líquido anual de fundos de

seguros de todas as classes - ricas, médias e pobres - é inferior a 1,5% do rendimento nacional. É duvidoso que a classe assalariada tenha poupado alguma vez e em algum lugar 3% do rendimento nacional (excepção possível: Japão). Se a poupança nos interessa, devemos concentrar a nossa atenção nos lucros e nos rendimentos.

Para o que pretendemos aqui, não importa que os lucros sejam ou não distribuídos; a principal fonte de poupança são os lucros e se verificamos está aumentando em proporção ao rendimento nacional, podemos ter a certeza que isso se dá porque está aumentando a participação a participação dos lucros no rendimento nacional. (Em casos de comunidades altamente taxadas poderíamos dizer, com certo requinte, benefícios líquidos de impostos, em vez de lucros, sejam de impostos pessoais sobre o rendimento ou impostos sobre as sociedades). O nosso problema é, portanto, o seguinte: em que circunstâncias aumenta a participação dos lucros no rendimento nacional?

O modelo clássico modificado que utilizamos aqui tem a virtude de responder a isso. De início, o rendimento nacional é quase que totalmente formado pelo rendimento de subsistência. Se abstrairmos do aumento da população e supusermos que o produto marginal do trabalho é nulo, o rendimento de subsistência permanecerá constante durante toda a expansão, visto que, por definição, o trabalho pode ser transferido para o sector capitalista em expansão sem reduzir a produção de subsistência. Assim, o processo aumenta o excedente capitalista e o rendimento dos patrões capitalistas, tomados em conjunto, enquanto proporção do rendimento nacional. É possível, no entanto, imaginar condições em que o excedente não aumenta em relação ao rendimento nacional. Isto exige que a ocupação capitalista se expanda relativamente muito mais rapidamente que o excedente, de modo que dentro do sector capitalista as margens brutas ou os lucros mais os rendimentos estejam diminuindo sensivelmente em relação aos salários. Embora as margens brutas fossem, no nosso modelo, constantes, os lucros cresceriam em relação ao rendimento nacional. Mas não é provável que as margens brutas sejam constantes no nosso modelo, o qual supõe que, praticamente, todo o lucro da acumulação de capital e progresso técnico vá engrossar o excedente; visto que os salários reais são constantes, a única coisa que os trabalhadores conseguem é que um maior número deles obtenha emprego com remuneração acima da do sector de subsistência. O modelo mostra, com efeito, que se se dispõe de uma oferta ilimitada de mão-de-obra a um salário real constante e se uma parte dos lucros é reinvestida em capacidade produtiva, os lucros aumentarão continuamente em relação ao rendimento nacional, aumentando também a formação de capital em relação ao rendimento nacional.

O modelo refere-se também ao caso de uma revolução técnica. Alguns historiadores assinalaram que o capital para a revolução industrial britânica era proveniente dos lucros que tornaram possível o dilúvio de invenções que ocorreu nessa época. Isto é extremamente difícil de encaixar no modelo neoclássico, visto que implica a hipótese de que tais invenções aumentaram mais a produtividade marginal do capital do que a do trabalho, hipótese essa difícil de ser relacionada com qualquer economia onde o trabalho seja escasso. (Se não aceitamos esta hipótese, temos que supor que os demais rendimentos aumentem exactamente tão depressa quanto os lucros e que o investimento não aumente em relação ao rendimento nacional.) Por outro lado, esta hipótese ajusta-se perfeitamente ao modelo clássico modificado, visto que neste praticamente todo o lucro proveniente das invenções vai engrossar o excedente e torna-se útil para uma acumulação maior de capital.

Este modelo também nos auxilia a analisar a natureza dos problemas económicos dos países atrasados. Se perguntamos: "Por que poupam tão pouco?", a verdadeira resposta seria: "Porque são muito abres", se nos sentíssemos tentados a concluir pelas impressionantes e elogiáveis correlações de Colin Clark. A verdadeira resposta é: "Porque o seu sector capitalista é muito pequeno" (lembrando que "capitalista" não significa aqui capitalista privado, mas que pode ser igualmente aplicado ao Estado capitalista). Se houvesse um sector capitalista mais amplo, os lucros representariam uma parte maior de seu rendimento nacional e a poupança e o investimento também seriam relativamente maiores. (O Estado capitalista pode acumular capital de forma ainda mais rápida que o capitalista privado, visto que se pode valer não só dos lucros do sector capitalista, mas também daquilo que consiga ou extraia do sector de subsistência através de impostos.)

Outro ponto que devemos analisar é que, embora o aumento do sector capitalista implique um aumento da desigualdade dos rendimentos entre os capitalistas e o resto, a mera desigualdade dos rendimentos é suficiente para assegurar um alto nível de poupança. A desigualdade das rendas é, de fato, *maior* nos países subdesenvolvidos superpovoados do que nas nações industriais adiantadas pela simples razão de que a renda da terra é muito elevada nos primeiros países. Os economistas britânicos do século XVIII asseguravam que a classe de proprietários de terra era mais propensa ao consumo supérfluo do que ao investimento produtivo e isto é verdadeiro para os proprietários de terra dos países subdesenvolvidos. Assim, tomando-se dois países de rendimentos nacionais iguais, a poupança pode ser maior naquele em que a distribuição é mais equitativa quando os lucros, em relação aos rendimentos, são mais elevados. A desigualdade que acompanha os lucros é que favorece a formação de capital e não a desigualdade que acompanha a renda da terra.

Consequentemente, é muito difícil concluir que estes países não podem poupar mais, quando 40 % do rendimento nacional estão nas mãos do grupo de altos rendimentos e quando se desperdiça boa parte dos rendimentos obtidos na terra.

A nossa análise inclui ainda o problema sociológico do surgimento de uma classe capitalista, isto é, de um grupo de homens que pensam em termos de investimento produtivo de capital. As classes dominantes das economias atrasadas - proprietários de terra, comerciantes, prestamistas, sacerdotes, militares, príncipes - normalmente não pensam nestes termos. O motivo pelo qual uma sociedade desenvolve uma classe capitalista é muito difícil de ser encontrado, não havendo, provavelmente, uma resposta geral. A maioria dos países parece começar importando os seus capitalistas do exterior; e actualmente muitos (por exemplo, a U. R. S. S. e a Índia) têm desenvolvido uma classe de capitalistas de Estado que, por motivos políticos, de um ou de outro tipo, são obrigados a criar rapidamente capital por conta do sector público. Quanto aos capitalistas privados nativos, o seu surgimento está, provavelmente, ligado à existência de novas oportunidades, principalmente as que ampliem o mercado, associadas a alguma técnica nova que aumente bastante a produtividade do trabalho, quando este e o capital são utilizados conjuntamente. Uma vez tendo surgido o sector capitalista é só uma questão de tempo para que ele atinja uma dimensão considerável. Quando o progresso técnico é escasso, o excedente só aumentará lentamente. Mas se, por uma razão ou outra, as oportunidades de utilização produtiva do capital aumentarem com rapidez, o excedente também aumentará rapidamente e, com ele, a classe capitalista.

Até agora no nosso modelo o capital só era criado a partir dos lucros obtidos. No entanto, no mundo real os capitalistas também criam capital como resultado de um aumento líquido da oferta de dinheiro, principalmente através do crédito bancário. Devemos, portanto, levar isto também em consideração.

No modelo neoclássico o capital só pode ser criado retirando-se recursos da produção de bens de consumo. Por outro lado, no nosso modelo há excedente de trabalho e sendo (como supomos) a sua produtividade marginal nula e se, de qualquer forma, for possível criar capital a partir do trabalho sem retirar terra ou capital escasso de outros usos, o capital poderá ser criado sem redução da produção de bens de consumo. Esta segunda condição é importante, visto que se necessitamos de capital ou terra para criar capital, os resultados de nosso modelo serão os mesmos que os do modelo neoclássico, apesar de haver excedente de trabalho. No entanto, na prática a condição é efectivada. Não se pode obter alimento sem terra, mas pode-se criar estradas, viadutos, canais de irrigação e edifícios com quase nenhum capital; vejamos-

se as Pirâmides ou os maravilhosos túneis ferroviários construídos em meados do século XIX quase que só com as mãos. Até mesmo nos países industriais modernos a construção, que se inclina para o trabalho manual, representa até 50 ou 60% do investimento bruto fixo, de modo que não é difícil pensar que o trabalho gera capital sem fazer uso senão dos instrumentos mais simples. Os economistas clássicos não se enganavam ao pensar na falta de capital circulante como obstáculo mais sério à expansão de seu mundo que a falta de capital fixo. Supomos aqui que o excedente de trabalho não pode ser utilizado para produzir bens de consumo sem utilizar mais terra ou capital, mas que pode ser empregado para produzir bens de capital sem utilizar nenhum factor escasso.

Se uma comunidade é dotada de escasso capital e possui recursos ociosos que podem ser empregados para gerar capital, parece aconselhável, tendo em conta os fatos, que sejam utilizados desse modo, embora isto signifique a criação de dinheiro adicional, para financiar o novo emprego. Não se verifica perda noutras produções enquanto o capital está sendo gerado e, quando este passa a ser utilizado, propicia aumento da produção e do emprego do mesmo modo que o faria o capital financiado, não pela criação de crédito mas mediante os lucros. A diferença entre o capital financiado por crédito e o financiado por lucros não está nos últimos efeitos sobre o produto nacional, mas nos efeitos imediatos sobre os preços e a distribuição do rendimento.

No entanto, antes de tratarmos dos efeitos sobre os preços, deveríamos deter-nos um momento e ver o que ocorre com a produção de bens de consumo neste e em outros modelos, à medida que é gerado o capital financiado por crédito e antes do início de sua utilização. No modelo neoclássica, o aumento da formação de capital tem que se acompanhar de uma diminuição correspondente da produção de bens de consumo, visto que os recursos escassos podem ser dedicados a uma coisa ou outra. No modelo keynesiano, o aumento de formação de capital também aumenta a produção de bens de consumo e se o multiplicador passa de dois, a produção de bens de consumo aumentará ainda mais que a formação de capital. No nosso modelo, a formação de capital eleva-se, mas a produção de bens de consumo não é imediatamente afectada. Este é um dos casos cruciais em que é importante que se esteja seguro de estar empregando o modelo correcto, ao ter-se que dar conselhos de política económica.

No nosso modelo, se o excedente de trabalho for dedicado à formação de capital e se for pago em dinheiro novo, os preços aumentarão porque a corrente de compras em dinheiro dilata-se, enquanto que a produção de bens de consumo continua constante. O que ocorre é que a quantidade fixa de bens de consumo é redistribuída pelos trabalhadores recém-

empregados, à custa do resto da comunidade (é aqui que se faz sentir a falta de capital circulante). Este processo não corresponde à "poupança forçada" no sentido usual deste termo. No modelo neoclássico a produção de bens de consumo é reduzida, forçando a comunidade, como um todo, a poupar. Por outro lado, no nosso modelo, a produção de bens de consumo não é reduzida em momento algum; verifica-se uma redistribuição forçada do consumo, não uma poupança forçada. E logo que os bens de capital comecem a produzir, o consumo aumentará.

Este processo inflacionário não prossegue indefinidamente; chega ao seu fim quando a poupança voluntária aumenta até um nível que se iguale ao nível inflado do investimento. Visto que a poupança é função dos lucros, isto significa que a inflação prossegue até que os lucros aumentem tanto, em relação a renda nacional, que os capitalistas podem financiar a maior taxa de investimento com os seus próprios lucros sem nenhum recurso ulterior à expansão monetária. O equilíbrio é, essencialmente, assegurado pela elevação da relação lucros/rendimento nacional. No entanto não é necessário que o equilibrador seja apenas os lucros; poderiam ser, igualmente, os rendimentos governamentais no caso de existir tal estrutura fiscal que a relação entre os rendimentos governamentais e o rendimento nacional aumente automaticamente quando o rendimento nacional se eleva. Isto parece ser mais ou menos o que ocorre na U.R.S.S. Nos anos cruciais em que a economia passava de uma poupança de 5 % (provavelmente) a uma de 20 %, verificou-se uma tremenda inflação de preços (os preços, aparentemente, aumentaram por volta de 700 % numa década) mas os lucros inflacionários foram-se, em grande medida, para o governo, na forma de impostos sobre o montante de negócios, e no final da década já se vislumbra novo equilíbrio.

No entanto, nem sempre é uma coisa simples elevar os lucros em relação ao rendimento nacional simplesmente pela abertura da torneira monetária. Pode-se supor que o modelo mais simples e extenso de inflação dar-se-ia quando os capitalistas financiassem a formação de capital gerando crédito, e todo o dinheiro voltasse para os mesmos, logo depois, na forma de aumento de lucros. Neste caso, os lucros, a poupança voluntária e a formação de capital podem atingir qualquer nível desejado, dentro de um período de tempo mais curto, apenas com pequeno aumento nos preços. Algo semelhante pode ter-se passado na U. R. S. S. No entanto, em termos reais isto implica que tenha havido uma diminuição relativa do rendimento nacional recebido por outros sectores da população, incluindo mesmo uma diminuição no seu consumo real, visto que terá sido necessária a liberação de bens de consumo para os quais se encontravam, anteriormente, desocupados e que passam, então, a concorrer para a formação de capital. Podem ser os camponeses que se encontram em pior

situação, sendo isto indicado na relativa elevação dos preços das manufacturas em relação aos preços agrícolas. Ou podem ser os trabalhadores do sector capitalista que se encontrem em pior situação, devido aos preços agrícolas e das manufacturas subirem mais depressa do que os seus salários. Ou o golpe pode, ainda, recair sobre os empregados, pensionistas, proprietários de terra ou credores. Mas, no mundo real, nenhuma dessas classes aceitara isto sem se movimentar. Na U.R.S.S., onde a intenção era de proporcionar a formação de capital à custa dos camponeses, o resultado foi a violência organizada de ambos os lados. No nosso modelo é difícil consegui-lo à custa dos trabalhadores, visto que o salário do sector capitalista deve estar a certo nível mínimo, acima do salário do sector de subsistência, a fim de se obter mão-de-obra. O que geralmente ocorre quando os preços sobem é que se torna necessário fazer novos contratos a fim de levar em consideração os níveis crescentes de preços. Algumas classes ficam em má situação, mas só temporariamente.

Se prosseguíssemos, logicamente, nesta argumentação, chegaríamos à conclusão de que o equilíbrio não poderia nunca ser alcançado, enquanto o sistema bancário for responsável pelo fornecimento de as procuras “legítimas” de dinheiro. Se nenhuma das outras classes pode ser prejudicada, parece impossível que os lucros se elevem em relação ao rendimento nacional durante mais de um espaço temporal limitado, parecendo, portanto, impossível atingir um nível do equilíbrio de poupança que se iguale ao novo nível de investimento. Uma vez desencadeada a inflação, esta prossegue indefinidamente. No entanto, isto não é possível por outras razões, a saber: o facto de que o rendimento nacional não é fixo, mas crescente, como resultado da formação de capital. O que se necessita, portanto, é que os rendimentos reais dos capitalistas aumentem mais depressa que os dos demais. Após o primeiro ou segundo ano, quando começam a surgir os bens de consumo adicionais, já não se torna necessário que nenhuma classe reduza seu consumo. No momento em que o processo de nova contratação tenha tido início, a produção também começa a elevar-se, sendo, assim, possível atingir um *modus vivendi*.

Podemos fazer uma descrição exacta deste equilíbrio no nosso modelo clássico modificado. Neste modelo o rendimento real de subsistência média é dado, verificando-se o mesmo com o salário real no sector capitalista. Não é possível, seja através da inflação ou de outro modo, alcançar novo equilíbrio em que o excedente capitalista tenha aumentado à custa de um dos dois expedientes citados. Assim, se os capitalistas começarem a financiar a formação de capital através do crédito, os rendimentos reais dos demais só diminuirão temporariamente. Os salários perseguiriam continuamente os preços pelo simples facto de que o aumento constante da produção propicia o aumento constante dos lucros. Daí diminuir

constantemente a parte do investimento que é financiada pelo crédito, até que se alcança o equilíbrio. Suponhamos, por exemplo, que um investimento de 100 libras esterlinas por ano produza um lucro de 20, das quais 10 são anualmente poupadas. Se os capitalistas investirem outras 100 libras esterlinas, totalmente financiadas, no primeiro ano, pelo crédito, no décimo primeiro ano os lucros serão da 200 libras esterlinas anualmente, sendo a poupança de 100 libras mais, e não havendo mais pressão monetárias sobre os preços. O resultado de toda essa operação será 1.000 libras esterlinas a mais de capital produtivo em acção do que haveria se não tivesse sido criado o crédito.

Temos assim dois modelos simples que marcam os casos extremos. No primeiro, todo o crédito criado volta imediatamente aos capitalistas sob forma de lucro (ou ao Estado capitalista, como impostos). O equilíbrio é, então, facilmente alcançado, lucrando os capitalistas à custa dos demais. No outro modelo, os capitalistas só podem lucrar temporariamente; neste caso, é necessário muito mais tempo para alcançar o equilíbrio. No primeiro caso, só se necessita de uma expansão rendimento monetário; enquanto que no segundo caso, é a própria expansão do rendimento real que proporciona, finalmente, aos capitalistas a proporção necessária do rendimento nacional.

Há também que levar em conta o facto de que a formação de capital aumenta o produto real, na análise dos efeitos da criação de crédito sobre os preços. As inflações que mais se gravam na nossa memória são aquelas ocorridas em períodos bélicos quando se retiravam recursos da produção de bens de consumo. Quando a oferta de dinheiro aumenta ao mesmo tempo que diminui a produção de bens, pode-se dar qualquer coisa com os preços. No entanto, a inflação com finalidade de formação de capital pertence a outro tipo diferente. Isto porque resulta numa produção maior de bens de consumo, resultando daí a diminuição dos preços se a quantidade de dinheiro se mantém constante.

Talvez seja interessante ilustrar esse caso com um exemplo simples. Suponhamos que 100 libras esterlinas são investidas anualmente, criadas, primeiramente, via crédito e que cada investimento produza 30 libras anualmente a partir do segundo ano. Suponhamos que não custe nada tornar o rendimento efectivo, visto que o preço de 30 libras cobrado pela produção não é mais que um puro rendimento derivado de sua escassez (investimento em obras de irrigação seria um exemplo quase perfeito). Se utilizamos, então, a fórmula keynesiana para uma inflação de procura e supusermos que o multiplicador é dois, o rendimento monetário chegará a um nível de equilíbrio de mais 200 libras esterlinas por ano. No entanto, o produto começará a aumentar em mais 30 libras esterlinas a partir do segundo ano e daí em diante. No oitavo ano, o produto terá aumentado em mais 210 libras, enquanto que o rendimento

monetário terá aumentado apenas ligeiramente menos, de mais 200 libras. Daí por diante, os preços estarão abaixo do nível inicial e diminuirão continuamente. A precisão suposta desta análise está, naturalmente, submetida a todas as objecções comumente feitas à aplicação do multiplicador em condições inflacionárias, ou seja, a instabilidade da propensão ao consumo, o efeito de investimentos secundários e os perigos da inflação dos custos. Mas, embora a precisão seja duvidosa, o resultado é, de qualquer forma, real. A inflação com finalidade de formação de capital é auto-destrutiva. Os preços começam a aumentar, mas são mais cedo ou mais tarde superados por uma produção maior e podem, em última análise, acabar abaixo do que se encontravam no início.

Podemos agora fazer um resumo do exposto nesta secção. A formação de capital não é somente financiada pelos lucros mas também pela expansão do crédito. Isto acelera o aumento do capital e do rendimento real. Resulta também em alguma distribuição do rendimento nacional, temporária ou permanentemente, de acordo com as hipóteses estabelecidas; no modelo que utilizamos a redistribuição é apenas temporal. Evita, ainda, que os preços diminuam, como aconteceria (se o dinheiro fosse constante e o produto crescente) e pode dar lugar a uma considerável alta de preços se (como no nosso modelo) a distribuição do rendimento não puder ser permanentemente alterada através de medidas monetárias, visto que os preços continuarão, então, elevando-se até que o produto real tenha aumentado suficientemente para efectuar a redistribuição necessária. Daí em diante os preços diminuem, visto que a inflação causa o aumento dos preços enquanto se cria o capital, mas a maior produção faz com que os mesmos diminuam novamente.

Resta ainda um problema. Vimos que quando se utiliza dinheiro novo para financiar a formação de capital, a elevação dos preços desaparece à medida que a poupança se equilibra com o investimento; a elevação dos preços é invertida por ela mesma, à medida que tem início a produção de bens de consumo. No entanto pode ser necessário muito tempo para alcançar o novo equilíbrio e se, além disso, for considerável o aumento resultante dos preços pode criar pânico no espírito do público. Este não se atemoriza quando os preços aumentam durante dois ou três anos, mas, após esse período, pode começar a perder confiança no dinheiro e pode tornar-se necessário proceder a uma drástica parada. Esta é a limitação prática mais importante a esse tipo de financiamento de formação de capital. Por este motivo, as autoridades bancárias tendem sempre a alternar curtos períodos de crédito fácil com períodos agudos de restrição. O crédito bancário sobe três degraus e desce um, em vez de crescer continuamente. Isto leva-nos também ao limiar da questão do ciclo comercial. Se o capital fosse exclusivamente financiado pelos lucros e se, além disso, não houvesse

entesouramento, a formação de capital prosseguiria firmemente. É, principalmente, a existência de um sistema creditício elástico que torna o ciclo comercial parte integrante do mecanismo do desenvolvimento económico de uma economia sem planeamento. Não precisamos, no entanto, deter-nos na análise do ciclo visto que, neste aspecto, o modelo que utilizamos não leva a resultados diferentes dos de outros modelos.

Até ao momento dissemos muito pouco sobre as actividades do governo, visto que o nosso modelo básico utiliza somente os capitalistas, seus assalariados e os produtores de subsistência. Os governos afectam o processo de acumulação de capital de muitas maneiras e a inflação que promovem não é das menos importantes. Muitos dos governos de países atrasados encontram-se também ansiosos por utilizar o excedente de mão-de-obra para a formação de capital e como muita coisa pode ser feita com trabalho e algumas ferramentas (estradas, irrigação, represas, escolas, etc.) é útil dizer algo sobre o problema. Passaremos, portanto, a analisar o efeito da formação de capital governamental financiada pela inflação e dar-nos-emos o direito de recapitular a análise da secção anterior.

Os resultados, como nos podemos lembrar, encontrara-se entre dois extremos. De um lado, todo o dinheiro gasto pelo governo volta ao mesmo sob forma de impostos, o que é aceite por todas as classes. Neste caso, os preços elevam-se muito pouco. De outro lado, todas as classes se negam a aceitar redistribuição entre elas e o governo. Neste caso, os preços tendem a subir continuamente, até que urna produção maior (resultante do capital formado) atinja, mais cedo ou mais tarde, os preços, levando-os a baixar novamente. Uma produção maior aumentará também a participação "normal" do governo no rendimento nacional e cessará qualquer pressão monetária quando a participação "normal" se tiver elevado ao nível de participação inflada que tenta obter.

Estes resultados sugerem os problemas que deveremos abordar.

1. Qual a parte do rendimento marginal que volta automaticamente ao governo?
2. Qual o efeito da inflação sobre as diversas classes ?
3. Qual o efeito da formação de capital governamental sobre a produção ?

(Devemos ainda lembrar outro problema. Estamos a supor, até ao momento, uma economia fechada. Numa economia aberta a inflação destrói o balanço de pagamentos. Temos, portanto, que admitir que o governo tem controlo estrito sobre as transacções exteriores. Esta hipótese é válida para algumas economias atrasadas; outras entrariam em total desordem se se lançassem num financiamento inflacionário.)

Não é possível que todo o dinheiro gasto pelo governo volte ao mesmo, na primeira etapa, visto que isto suporia que o governo se apropriasse de 100% do rendimento marginal. No caso de o governo se apropriar de qualquer parcela do rendimento marginal, parte do dinheiro voltará para o governo; mas mesmo o multiplicador keynesiano não o devolverá todo, a menos que a única saída seja a dos impostos (isto é, que não haja poupança). Quanto maior a participação do governo nas rendas marginais, maior será a parte que voltará ao mesmo, assim como mais depressa ela retornará, sendo então menor o efeito sobre os preços.

Desde a Segunda Guerra Mundial, certos governos dos Estados industriais modernos parecem apoderar-se através de impostos de cerca de 40 a 50% dos rendimentos marginais. Esta é uma das maiores razões para que seus níveis de preços não tenham aumentado mais, apesar da forte pressão sobre os recursos para formação de capital, defesa, etc. No entanto, nos países atrasados os governos não se apropriam senão de uma parte muito pequena das rendas marginais. Os governos mais bem situados deste ponto de vista são os dos países cuja produção se acha concentrada em algumas amplas unidades (minas, plantações) fáceis de serem tributadas, ou cujo comércio exterior contribui para grande parte do rendimento nacional e é facilmente atingido pelas taxas impostas à importação e à exportação. Um dos países em pior condição é a Índia, com grande parte do seu produto extraído do sector de subsistência e de unidades de pequena escala, difíceis de serem atingidos por impostos e tendo menos de 10% do rendimento nacional relacionado com o comércio externo. Em muitos casos, o imposto marginal é menor do que o imposto médio, pois quando os rendimentos monetários aumentam, o governo continua a exigir os mesmos preços para o tráfego ferroviário ou para os selos, vacilando na criação de impostos territoriais sobre os camponeses, resultando daí que os rendimentos monetários se elevam mais rapidamente do que os rendimentos do governo. Nenhum governo deveria considerar o financiamento deficitário sem se assegurar de que grande parte dos incrementos do rendimento monetário voltarão, automaticamente, ao mesmo. A U. R.S.S., pelo contrário, com sua elevada imposição fiscal sobre o montante das operações, elimina automaticamente os fundos excedentes injectados no sistema antes que estes gerem muita inflação da procura através do processo do multiplicador.

O problema a seguir corresponde ao efeito da inflação sobre a distribuição do rendimento. O dinheiro excedente aumenta os preços, alguns mais que outros. O governo provavelmente tratará de evitar que os preços aumentem, o que, conseguirá anais com alguns preços que com outros. É fácil aplicar o controlo dos preços às empresas de grande escala, mas torna-se muito difícil evitar que os camponeses aumentem os preços dos alimentos ou

que os pequenos comerciantes obtenham amplas margens. Do ponto de vista da formação de capital, o melhor que pode ocorrer com o dinheiro adicional é que vá para as mãos daqueles que voltarão a investi-lo produtivamente. As classes mercantis utilizá-lo-iam provavelmente para especular, principalmente com as mercadorias que começam a escassear. A classe média compraria principalmente automóveis americanos ou faria viagens à Europa, obtendo de algum modo as divisas estrangeiras. Os camponeses deveriam empregá-lo para melhorar as suas terras, mas, provavelmente, a maioria utilizá-lo-ia somente para liquidar dívidas ou para comprar mais terras. Não há realmente senão uma classe que certamente voltará a investir seus lucros de modo produtivo e esta é a classe dos industriais. Assim, os efeitos da inflação sobre a formação secundária de capital depende, em primeiro lugar, do tamanho da classe industrial e, em segundo lugar, de irem os lucros parar, em grande medida, às mãos dessa classe. Nos países em que a classe industrial é pequena a inflação leva, principalmente, à especulação de mercadorias e de terras e ao entesouramento de divisas estrangeiras. Mas em qualquer país onde a classe industrial tenha um peso considerável, a paixão que esta tem por possuir fábricas maiores e melhores faz com que mesmo as mais atemorizantes inflações (por exemplo, na Alemanha a partir de 1919) deixem como saldo um aumento considerável da formação de capital. Teremos aqui esbarrado com algum instinto psicológico que leve os industriais a utilizar a sua riqueza de modo mais criador que os outros? Provavelmente não é isso que acontece. O que ocorre é simplesmente que o seu trabalho é do tipo em que o fascínio pelo êxito resulta na formação de capital. O camponês deseja mais terra, e não mais capital na sua terra (a não ser que seja um proprietário capitalista moderno) de modo que sua paixão é dissipada, simplesmente, com alterações de preço e distribuição de terras. O comerciante deseja uma margem mais ampla ou uma mais rápida circulação do capital e nenhuma dessas coisas aumenta o capital fixo; o banqueiro visa a um maior número de depósitos. Somente a paixão do industrial leva à utilização dos lucros para a criação de um maior e mais variado império. De tudo isto podemos concluir que a inflação é mais útil à formação de capital nas comunidades industriais; enquanto que nos países onde a classe industrial é insignificante, não se aproveita nada no término da inflação, excepto o investimento originário que deu início à mesma. Deveríamos também observar que muitos governos não vêem com bons olhos o facto de a inflação permitir que os industriais obtenham lucros extraordinários e criem capital fixo, visto que isso resulta num aumento das fortunas privadas. Fazem, portanto, tudo que podem para evitar que a inflação aumente os lucros dos industriais. Prendem-se principalmente aos preços industriais que são, além de tudo, os mais fáceis de ser controlados, do ponto de vista administrativo. Visto ser a classe industrial a que

mais poupa, o resultado é uma exacerbação da inflação. Seria muito mais prudente desenvolver medidas que resultassem num aumento mais rápido dos lucros dos industriais em relação aos rendimentos e, então, taxar esses lucros, quer seja imediatamente ou após a morte de seus beneficiários.

A inflação continua enquanto a comunidade não desejar entesourar uma quantidade igual ao gasto de investimento acrescido. Não é, portanto, suficiente que a poupança aumente nesta cidade, pois se a poupança for utilizada para investimentos adicionais, continua existindo a diferença inicial. A brecha só é preenchida quando a poupança é entesourada ou utilizada na compra de obrigações do governo, de tal modo que este possa financiar os seus investimentos através de empréstimos, em vez de emitir dinheiro novo. Resulta daí que se o governo na prática desejar liquidar a inflação sem reduzir os seus investimentos, terá que encontrar meios de atrair para seus cofres, através de impostos ou empréstimos, a mesma importância que despende. Se não tiver êxito, a inflação prosseguirá. Seria, então, melhor que continuasse, principalmente porque os capitalistas aplicam os seus lucros nunca formação maior de capital e não tanto porque outras classes estejam lutando por uma produção limitada de bens de consumo. No entanto, se se deseja que a inflação termine rapidamente, deve-se incentivar todas as classes para que façam investimentos em obrigações do governo em vez de gastar de outro modo.

Chegamos, finalmente, à relação entre capital e produto. Se a intenção é financiar a formação de capital mediante a criação de crédito, os melhores instrumentos para tal política serão os que produzem rapidamente um rendimento considerável. Financiar a construção de escolas mediante a criação de crédito é criar problemas. Por outro lado, há grande quantidade de programas agrícolas (abastecimento de água, fertilizantes, granjas experimentais de selecção de sementes, extensão agrária) dos quais se pode esperar resultados consideráveis e rápidos com gastos modestos. Havendo recursos ociosos disponíveis para a formação de capital é tolice não os utilizar devido simplesmente a dificuldades técnicas ou políticas fiscais. Mas seria igualmente tolice utilizá-los em programas que demoram muito tempo para dar pequenos resultados, quando há outros programas que dariam excelentes resultados rapidamente.

Podemos resumir do seguinte modo: quando a mão-de-obra é abundante e os recursos físicos são escassos, o efeito primordial sobre a produção é o mesmo, tanto no caso de o governo criar capital através de impostos como através do crédito - a produção de bens de consumo permanece invariável mas é redistribuída. Daí que a criação de crédito deva ser vista principalmente como alternativa à fiscalidade, que só compensaria as perturbações que

provoca se a imposição de maiores impostos causasse ainda mais perturbações. No entanto, a criação de crédito tem outra vantagem sobre a fiscalidade, visto que se redistribui o rendimento em favor da classe industrial (quando esta exige), e os lucros aceleram a formação de capital. Se for impossível um aumento dos impostos e a alternativa for a criação de capital mediante o crédito ou não o criar de modo algum, a decisão a ser tomada recairá ou sobre a estabilização dos preços ou sobre o aumento da produção. Não existem fórmulas simples para esta tomada de decisão. Em algumas comunidades, qualquer inflação adicional de preços arruinaria um frágil equilíbrio social e político; em outras, este equilíbrio será rompido se não houver um forte aumento da produção num futuro próximo; e em outras, ainda, o equilíbrio será de qualquer maneira quebrado.

Façamos um resumo de nossa análise. Vimos que, se dispomos de mão-de-obra ilimitada com um salário real constante, o excedente capitalista aumentará continuamente e o investimento anual corresponderá a uma proporção crescente do rendimento nacional. Observe-se ainda que isto não pode prosseguir indefinidamente.

O processo deve ser detido quando a acumulação de capital tiver atingido a população, de modo a não haver mais excedente de trabalho. Pode, no entanto, ser detido antes disso. Grande número de razões pode colaborar para que o processo se detenha, mas são razões que estão fora de nosso sistema de análise e que vão desde os movimentos sísmicos ou a peste bubónica até à revolução social. Mas pode também deter-se_ pela razão económica ou seja que, apesar da existência do excedente de trabalho, os salários reais aumentam até reduzir os lucros dos capitalistas a tal nível que a totalidade dos lucros seja consumida, não havendo investimento líquido.

Isto pode ocorrer por uma das quatro razões seguinte:

Em primeiro lugar, se a acumulação de capital ser der mais depressa que o aumento da população reduzindo, portanto, em número absolutos o número de pessoas do sector de subsistência, o produto médio por homem neste sector aumentará automaticamente , não devido a uma alteração da produção, mas por haver menos bocas para partilhar o produto. Depois de certo tempo a transformação começa a ser verificada na realidade e os salários aumentam.

Em segundo lugar, o aumento da dimensão do sector capitalista em relação ao sector de subsistência pode alterar a relação real de intercâmbio, de modo desfavorável ao sector capitalista (no caso de serem produzidos bens diferentes), podendo, assim, forçar os

capitalistas a pagarem ao seus trabalhadores, percentagem mais elevada do seu produto a fim de manter constante o seu rendimento real.

Em terceiro lugar, o sector de subsistência pode também tornar-se mais produtivo no sentido técnico. Pode, por exemplo, começar a imitar as técnicas do sector capitalista; ou podem os camponeses começar a utilizar algumas das novas sementes ou tomar conhecimento da existência de novos fertilizantes ou novos métodos de rotação. Podem ainda beneficiar directamente de alguns dos investimentos capitalistas como, por exemplo, obras de irrigação, facilidades de transporte ou electricidade. Tudo aquilo que elevar a produtividade do sector de subsistência (média por pessoa) elevará os salários reais do sector capitalista, reduzindo, portanto, o excedente capitalista e a taxa de acumulação do capital, a não ser que ao mesmo tempo se modifique, mais que proporcionalmente, a relação real de intercâmbio contra o sector de subsistência.

Por outro lado, embora a produtividade do sector capitalista não se altere, os trabalhadores deste sector poderão imitar o modo de vida capitalista, passando, assim, a necessitar de mais para viver. O nível de subsistência não é senão unia ideia convencional e as convenções mudam. O efeito disso seria ampliar a diferença entre o que se ganha no sector de subsistência e os salários do sector capitalista. Isso torna-se difícil quando a mão-de-obra é abundante, mas pode obter êxito através de uma combinação de pressões sindicais e consciência capitalista. Se isto for conseguido, dar-se-á uma redução do excedente capitalista e também da taxa de acumulação de capital.

A mais interessante destas possibilidades é que a relação de intercâmbio pode modificar-se, em prejuízo do sector capitalista. Isto supõe que sectores capitalistas e de subsistência produzam bens diferentes. Na prática é um problema da relação entre indústria e agricultura. Se os capitalistas investirem na agricultura de plantação ao mesmo tempo que investem na indústria, pode-se falar de um sector capitalista autárquico. A expansão deste sector não gera, neste caso, procura de nada do que é produzido no sector de subsistência e, dentro desta hipótese, não haveria relações de intercâmbio a serem equilibradas de acordo com o quadro traçado. A fim de se introduzir a relação real de intercâmbio a melhor hipótese a ser feita é a de que o sector de subsistência é constituído por camponeses que produzem alimentos, enquanto que o sector capitalista produz tudo o mais.

Se o sector capitalista não produz alimentos, sua expansão aumenta a procura dos mesmos, elevando seu preço em termos dos produtos do sector capitalista e reduz, assim, os lucros. Esta é uma das formas de a industrialização depender das melhorias na agricultura; não é rentável produzir volume crescente de manufacturas, a menos que a produção agrícola

aumente simultaneamente. É também por esse motivo que as revoluções industriais e agrícolas se verificam sempre concomitantemente, e que nas economias onde a agricultura se encontra estagnada não se verifica nenhum desenvolvimento industrial. Portanto, se postulamos que o sector capitalista não produz alimentos, devemos postular ou que o sector de subsistência está a aumentar a sua produção ou concluir que a expansão do sector capitalista chegará a um fim, visto que uma relação de intercambio desfavorável acabará por devorar os seus lucros. (O problema de Ricardo quanto às rendas crescentes está claramente ligado a esta conclusão; preocupava-se ele com o aumento das rendas *dentro* do sector capitalista, enquanto que nós nos preocupamos com as rendas *fora* do sector.)

Se supomos, por outro lado, que o sector de subsistência produz mais alimentos, enquanto evitamos a Cila* da relação desfavorável de intercâmbio podemos ir de encontro ao Caribde** dos salários reais, que aumenta visto ser o sector de subsistência mais produtivo. Evitaremos tanto Cila quanto Caribde se a maior produtividade do sector de subsistência for mais do que compensada pela melhoria da relação de intercâmbio. No entanto, se o sector de subsistência produz alimentos cuja elasticidade de procura é menor que a unidade, os aumentos da produtividade serão mais do que compensados pela diminuição do preço. Um aumento da produtividade no sector de subsistência prejudicará o sector capitalista no caso de não haver comércio entre os dois ou se a procura do sector capitalista em relação à produção do sector de subsistência for elástica. Dentro das hipóteses aqui apresentadas, um aumento de produtividade dos alimentos beneficia o sector capitalista. No entanto, quando levamos em consideração a procura crescente, não é de todo improvável que o preço dos alimentos não diminua tão depressa quanto aumenta a produtividade e isto obrigará os capitalistas a despendem parte maior de seu produto em salários.

* *Ninfa do mar, na mitologia grega, transformada por Circe, sua rival, num monstro que vivia num penhasco no estreito de Messina (entre a Sicília e a Itália). (N. T.)*

** *Redemoinho junto ao penhasco de Cila. (N. T.)*

Não havendo esperança de que os preços diminuam tão rapidamente quanto aumenta a produtividade (devido ao aumento da procura) a melhor atitude dos capitalistas é impedir que os camponeses mantenham toda a sua produção adicional. No Japão isto foi alcançado por uma elevação da renda da terra, de modo desfavorável aos camponeses, e por uma elevação dos impostos, de forma que boa parte do rápido aumento da produtividade que se verificara (duplicada entre 1880 e 1910) foi desviada dos camponeses e utilizada para a formação de capital; ao mesmo tempo, a contenção dos rendimentos dos camponeses também manteve os salários baixos, com vantagem para os lucros do sector capitalista. Algo parecido verificou-se na U.R.S.S., onde os rendimentos dos camponeses foram mantidos baixos, apesar da mecanização do campo e da liberação de mão-de-obra com destino às cidades; isto ocorreu juntamente com a elevação dos preços das manufacturas em relação aos produtos do campo, verificando-se também forte tributação sobre as fazendas colectivas.

Isto serve ainda para definir o caso em que é válido dizer que a agricultura financia a industrialização. Se o sector capitalista é autárquico a sua expansão não dependerá, de modo algum, dos camponeses. O excedente, é obtido totalmente "a custa"-dos trabalhadores do sector capitalista. Mas se o sector capitalista depende dos camponeses para a alimentação, é essencial conseguir fazer com que estes produzam mais, enquanto que, se ao mesmo tempo for possível evitar que desfrutem essa maior produção, os salários do sector capitalista poderão, em relação ao excedente, ser reduzidos. Ao contrário, um Estado governado pelos camponeses pode ser feliz e próspero embora não tenda a apresentar acumulação tão rápida de capital. (Por exemplo, irão, neste aspecto, divergir a China e a U.R.S.S.?).

Chegamos, portanto, à conclusão de que a expansão do sector capitalista pode ser detida por um aumento do preço dos bens de subsistência ou porque o preço não diminui tão rapidamente quanto o exige o aumento da produtividade *per capita* no sector de subsistência ou, ainda, por os trabalhadores capitalistas elevarem o seu nível de subsistência. Qualquer uma dessas alternativas aumentaria os salários em relação ao excedente. Isto pode dar-se ainda que a população aumente. Por exemplo, se é preciso investir 3% do rendimento anual para ocupar 1% a mais da população, um investimento líquido de 12% pode ocupar até 4% de aumento da população. Mas a população da Europa Ocidental só aumentou, nos períodos que nos interessam, em aproximadamente 1 % ao ano (o que também corresponde ao aumento actual da Índia) e as taxas que excedem 2,5% ao ano são raras inclusive na actualidade. Não podemos dizer que o capital avançará sempre mais rapidamente que o trabalho (desde logo, não foi o que se deu na Ásia), mas podemos dizer que se as condições

forem favoráveis pare que o excedente capitalista aumente mais rapidamente que a população, chegará o dia em que a acumulação de capital terá alcançado a oferta de trabalho. Ricardo e Malthus não trataram disto nos seus modelos, pois sobrestimavam a taxa de aumento demográfico. Marx tão pouco o fez, visto estar persuadido de que a acumulação de capital aumenta o desemprego ao invés de o reduzir. (Tinha construído um modelo curioso em que o efeito, a curto prazo, da acumulação, consistia na redução do desemprego, no aumento de salários, produzindo, portanto, uma crise enquanto que o efeito a longo prazo consistia no aumento do exército de reserva dos desempregados.) Dentre os economistas clássicos somente Adam Smith percebeu claramente que a acumulação de capital, criaria, eventualmente, escassez de trabalho e elevaria os salários acima do nível de subsistência.

Ao desaparecer o excedente de trabalho, o nosso modelo de economia fechada perde sua validade. Os salários, então, já não estão ligados a um nível de subsistência. Adam Smith pensava que dependeriam, nesse caso, do grau de monopólio (doutrina que regressou nos anos 30 como uma das novidades da análise económica moderna). Os neoclássicos criaram a doutrina da produtividade marginal. O problema não está, contudo, resolvido de modo satisfatório. No mundo clássico todos os países apresentam excedente de trabalho. No mundo neoclássico o trabalho é escasso em todos os países. No entanto, no mundo real os países que atingiram a escassez de trabalho vêem-se cercados por outros que apresentam trabalho em abundância. Em vez de nos concentrarmos num país e examinar a expansão de seu sector capitalista, devemos considerar agora esse país como parte do sector capitalista em expansão na economia mundial, como um todo, indagando de que modo a distribuição do rendimento dentro do país e a sua taxa de acumulação de capital são afectadas pelo facto de existir trabalho abundante noutros lugares, disponível a salários de subsistência.

A ECONOMIA ABERTA

Quando a acumulação de capital alcança a oferta de trabalho, os salários começam a subir acima do nível de subsistência e o excedente capitalista vê-se afectado de modo desfavorável. No entanto, se continua a haver excedente de mão-de-obra noutros países, o capitalista pode evitar isto de dois modos: incentivando a imigração ou exportando o seu capital para os países em que ainda existe excedente de mão-de-obra a salários de subsistência. Examinaremos estas duas alternativas separadamente.

Antes de mais nada, deixemos de lado os efeitos da imigração da mão-de-obra especializada, visto que nossa principal preocupação refere-se à abundante imigração de mão-de-obra não qualificada, procedente dos sectores de subsistência de outros países. Teoricamente, é possível que a imigração de trabalhadores especializados reduza a procura de trabalho nativo não qualificado, mas é muito pouco provável que isso se dê. O que é mais provável é que torne possíveis novos investimentos e indústrias que eram anteriormente inexequíveis, aumentando, assim, a procura de todo o tipo de trabalho em relação à sua oferta.

Deixemos também de lado as imigrações relativamente pouco numerosas. Se 100.000 porto-riquenhos emigram para os Estados Unidos anualmente, o efeito sobre os salários norte-americanos é desprezível. Os salários americanos não serão rebaixados ao nível dos de Porto Rico; serão os salários de Porto Rico os que serão elevados ao nível dos salários dos Estados Unidos.

A imigração em massa constitui outro capítulo. Se houvesse imigração livre da Índia e da China para os Estados Unidos, o nível salarial dos Estados Unidos ver-se-ia certamente rebaixado aos níveis chineses e indianos. Num modelo competitivo o salário americano só poderia, de fato, exceder o asiático numa quantidade que cobrisse os custos de imigração mais o "penhasco" a que anteriormente nos referimos. O resultado será o mesmo tanto se supusermos rendimentos crescentes como decrescentes para o trabalho. Os salários são constantes a um nível ligeiramente superior ao de subsistência. Todos os lucros dos rendimentos crescentes se encaminharão para o excedente capitalista.

Esta é uma das razões pelas quais, em todos os países onde o nível de salários é relativamente elevado, os sindicatos são violentamente hostis à imigração, tentando limitá-la excepto quando se refere a algumas pessoas de categorias especiais. Resulta daí que os salários são mais elevados do que, de outro modo, o seriam, enquanto que os lucros, os recursos de capital e o produto total são menores do que o seriam.

A exportação de capital é, portanto, uma solução muito mais fácil para os capitalistas, visto que os sindicatos trabalham eficientemente contra a imigração, sendo, no entanto, muito menos eficazes no controlo da exportação de capital.

A exportação de capital tem o efeito de reduzir a criação de capital fixo no interior, reduzindo, assim, a procura de trabalho. Continuará a faltar mão-de-obra para criar capital (por exemplo, para fabricar máquinas para a exportação), mas não será mais exigido que a mão-de-obra doméstica trabalhe com o capital que teria sido investido dentro do país.

Este é, no entanto, um dos aspectos da questão, pois o capital pode ser utilizado no exterior de modo a elevar o padrão de vida do país exportador de capital (compensando, assim, total ou parcialmente, o primeiro efeito). O resultado dependerá do tipo de concorrência existente entre o país exportador de capital e o país importador do mesmo.

Suponhamos, de início, que não existe concorrência e que, inclusive, não existe comércio. Os dois países seriam auto-suficientes. No entanto, os salários subiriam no país A, enquanto que no país B o trabalho seria abundante. Por esse motivo, os capitalistas de A investiriam seu capital em B. Os rendimentos do comércio mostrariam, em primeiro lugar, o excedente de exportação de A, que representaria a transferência de capital e mais tarde o excedente de importação, que representaria a entrada dos dividendos. Não se verificaria nenhum efeito sobre os trabalhadores de A, excepto que seus salários deixariam de aumentar como o teriam feito se o capital tivesse sido investido dentro do país. Se os recursos de A e B forem exactamente iguais, os salários não podem aumentar em A até que a acumulação de capital em B tenha eliminado o excedente de trabalho de B.

Na realidade, os recursos dos dois países não são exactamente iguais e não podemos supor que seja mais rentável investir em B, quando os lucros em A estão diminuindo (o que também não se pode garantir). A rentabilidade do investimento num país depende de seus recursos naturais, de seu material humano e da quantidade de capital já investido no mesmo.

Os investimentos mais produtivos são os realizados para acelerar o desenvolvimento dos recursos naturais de fácil acesso, como as terras férteis, o carvão e outros minerais, o petróleo., Esta é a principal razão pela qual a maioria do capital exportado nos últimos cem anos se dirigiu às Américas e à Austrália, em vez da Índia ou da China, onde os recursos já estavam em utilização. Nas partes bem desenvolvidas do mundo (no sentido de recursos,) a principal, oportunidade de investimento produtivo é a melhoria de técnicas; estes países encontram-se bem desenvolvidos (e inclusive super-desenvolvidos) no que diz respeito aos recursos, mas encontram-se subdesenvolvidos nas suas técnicas.

Torna-se rentável aplicar capital na introdução de novas técnicas, não sendo, porém, tão rentável quanto a utilização de capital para o aproveitamento, ao mesmo tempo, de novas técnicas e novos recursos. Isto explica também por que o Reino Unido se transformou, rapidamente, num país exportador de capital (os limites de seus recursos naturais foram atingidos muito cedo), enquanto que os Estados Unidos têm esta fase ainda pouco desenvolvida visto que seus recursos naturais são tão extensos que continua sendo muito

rentável o investimento de capital no interior do país, embora os salários sejam muito elevados.

A produtividade depende também do material humano. Embora a composição genética dos povos possa ser mais ou menos a mesma, no que se refere à produtividade potencial, a sua herança cultural é muito diversa. As diferenças no grau de alfabetização, nas formas de governo, nas atitudes frente ao trabalho e nas relações sociais podem implicar, em geral, uma grande diferença na produtividade. É natural que os capitalistas considerem mais rentável e mais seguro investir nos países onde a atmosfera é capitalista do que em culturas totalmente diferentes.

Mas isto não é tudo. A produtividade do investimento em B não depende somente de seus recursos naturais e humanos, mas também da eficiência de todas as demais indústrias cujos serviços serão utilizados pelo novo investimento. Isto depende, em parte, do grau de capitalização destas indústrias. A produtividade de um investimento dependerá dos investimentos anteriormente realizados. Pode, portanto, ser mais rentável investir capital em países que já contam com grande quantidade de capital que num país novo. Se fosse sempre assim não se exportaria capital algum e a diferença entre os salários dos países com excedente de trabalho e sem esse excedente não diminuiria e, muito pelo contrário, aumentaria cada vez mais. Na prática, a exportação de capital é escassa e a diferença aumenta, e não podemos, em absoluto, excluir a possibilidade de que haja uma tendência natural do capital para se dirigir para os países capitalizados, evitando os descapitalizados.

Se pudéssemos supor que existe uma tendência natural à diminuição da taxa de lucro numa economia fechada, poderíamos dizer que, por mais baixa que seja essa taxa noutros países, a da economia fechada deverá, em última instância, diminuir até alcançar o nível dos demais países, quando, então, deverá ter início a exportação de capital. Praticamente todos os economistas mais famosos de todas as escolas e em todos os séculos afirmaram a existência de tal tendência, embora as suas razões tenham variado enormemente. A exceção mais notável é a de Marshall, que deu uma resposta correcta - que o capital crescente *per capita* tende a diminuir o rendimento do capital, enquanto que o conhecimento tecnológico crescente tende a elevá-lo. Vemos assim, dizia Marshall, que o rendimento diminuiu de 10% na Idade Média para 3% em meados do século XVIII - longo período de lento progresso técnico - quando a diminuição se deteve devido ao grande número de oportunidades para utilizar capital. Assim sendo, a tendência natural à diminuição do rendimento do capital não é senão um mito popular. O rendimento pode ou não diminuir; o que não podemos é prevê-lo.

No entanto, a resposta seria diferente se, em vez de falarmos da taxa de lucro do capital, em geral, nos referíssemos à taxa de lucros em determinados sectores do investimento. Em qualquer sector determinado, as possibilidades de expansão posterior esgotam-se logo ou, então, tornam-se muito reduzidas. Todas as indústrias se desenvolvem de acordo com um esquema logístico, aumentando lentamente no início, rapidamente a seguir e, finalmente, aumentando outra vez de modo lento. Por isto, os investidores de qualquer sector chegam, mais cedo ou mais tarde, ao ponto em que não faz muito sentido investir neste campo, dentro do país. Podem colocar os seus lucros acumulados em indústrias bem diversas, havendo, porém, a tentação de se dedicarem ao campo em que têm conhecimento especializado, utilizando os lucros para levar sua indústria a outros países novos.

O que dá origem à exportação de capital não são, inevitavelmente, os lucros decrescentes dentro do país, ou os salários em aumento, mas simplesmente o fato de que os países estrangeiros possuem diferentes recursos em diferentes graus de utilização, havendo, portanto, algumas oportunidades rentáveis para o investimento no exterior. Isto não depende nem mesmo de que a acumulação de capital tenha alcançado o excedente interno de mão-de-obra, pois mesmo quando continua a haver excedente interno de trabalho, a salários de subsistência, os investimentos no exterior podem ser mais rentáveis. Muitos dos capitalistas que vivem em países com excedente de trabalho investem o seu capital na Inglaterra ou nos Estados Unidos.

Não devemos, portanto, dizer que um país começará a exportar capital assim que a acumulação interna igualar a oferta de trabalho. Os países exportam capital, em várias circunstâncias, e podemos dizer que se o trabalho for escasso nesses países o efeito será a redução da procura de trabalho nos mesmos, evitando, assim, que os salários aumentem tanto como de outro modo.

Suponhamos agora que os dois países não sejam concorrentes, mas que comerciem entre si. Há duas variantes neste caso. Uma, em que os dois países não produzem senão um bem, embora um bem diferente em cada um deles. Nesta hipótese os níveis de salários não são determinados um em relação ao outro. No segundo caso, cada país produz dois ou mais bens, sendo um deles comum a ambos, aquele que é produzido no sector de subsistência.

Suponhamos que no primeiro caso, o país A produz trigo e o país B produz amendoim. Os preços relativos são unicamente determinados pela oferta e demanda. Suponhamos que se desenvolva um sector capitalista em A, aplicando novas técnicas à produção de trigo. De início, poderá obter mão-de-obra ilimitada, a um salário médio em trigo, relacionado com a produção média de trigo no sector de subsistência. No entanto, no

devido momento, o excedente de mão-de-obra é eliminado e os salários em trigo começam a subir. Se as técnicas capitalistas que desenvolveram a produção de trigo forem igualmente aplicáveis ao amendoim, compensará exportar capital para B, onde há mão-de-obra ilimitada a salários relacionados com a produção média de subsistência de amendoim.

Assim como no caso anteriormente analisado, os salários de A serão mantidos baixos pela rentabilidade do investimento em B. Termos, no entanto, que levar em consideração um elemento novo, devido aos efeitos do investimento sobre os termos de troca. Quando se investe capital em A, aumentando a produção de trigo, o preço do amendoim aumentará relativamente. Portanto, os trabalhadores capitalistas, assim como os do sector de subsistência de A, estarão em pior situação. em termos de amendoim, embora continuem a ganhar o mesmo salário real em trigo. Por sua vez, os trabalhadores de B estarão melhor em termos de trigo, enquanto que continuam a ganhar o mesmo em amendoim. Quando se investe capital em B, ocorre o contrário: os termos de troca modificam-se, em prejuízo dos trabalhadores de B e a favor dos de A.

A moral da história é que a exportação pode chegar a beneficiar os trabalhadores quando o capital é aplicado a fim de aumentar a oferta dos bens que importam. Por exemplo, o investimento interno exclusivo na indústria algodoeira britânica em 1850, ao mesmo tempo que apresentou tendência a elevar os salários, chegou também a deprimir mais ainda os termos de troca, em prejuízo da indústria algodoeira.

Quando passamos ao segundo caso, verificamos que o resultado é o mesmo. excepto para os termos de troca que se encontram agora determinados. Suponhamos que os dois países produzem alimentos mas não comerciam com eles. O país A produz também aço e o B produz, ainda, borracha. Se o país B puder liberar quantidades ilimitadas de trabalho do sector de produção de alimentos de subsistência, os salários de B serão iguais ao produto médio (não marginal) de alimentos (abstraindo da diferença entre salário de subsistência e capitalista). Em A os salários também não podem ficar abaixo da produtividade no sector de alimentos. Podemos simplificar supondo, em primeiro lugar, que o trabalho seja o único factor de produção e que o trabalho de um dia

produz em A três de alimentos ou três de aço

produz em B um de alimentos ou um de borracha.

Os salários de A serão, portanto, o triplo dos de B (a diferença na produtividade ele alimentos). E a razão de troca será um de alimentos = um de aço = um de borracha. Suponhamos agora que a produtividade aumente somente na indústria de borracha, de modo que o trabalho de um dia produza agora três de borracha. Isto é excelente para os trabalhadores de A, visto que um de aço servirá para comprar três de borracha. Mas não trará nenhum benefício aos trabalhadores de B (excepto na medida em que comprem borracha), visto que seu salário continuará sendo um de alimentos. Se, por outro lado, a economia de subsistência se tornasse mais produtiva, os salários aumentariam de modo correspondente. Suponhamos que o trabalho de um dia produza agora, em B, três de alimentos ou um de borracha; neste caso, os salários seriam tão elevados em B quanto em A e o preço da borracha seria agora um de borracha = três de aço. Os trabalhadores de A ficariam beneficiados se aumentasse a produtividade de B naquilo que A compra e seriam prejudicados se aumentasse a produtividade do sector de subsistência de B. Os trabalhadores de B ficariam beneficiados somente no caso de aumentar a produtividade de seu sector de subsistência; todos os demais aumentos seriam perdas em termos de troca.

Temos aqui a chave do problema, o motivo pelo qual são tão baratos os produtos tropicais. Tomemos, por exemplo, o açúcar. Nesta indústria a produtividade é extremamente elevada, pelos padrões biológicos. É também uma indústria em que o produto por acre foi triplicado no decorrer dos últimos 75 anos, aproximadamente, o que representa uma taxa de crescimento da produtividade sem paralelos em nenhuma outra indústria importante do mundo - e certamente não na produção do trigo. No entanto, os trabalhadores da indústria do açúcar continuam descalços e vivendo em barracas, enquanto que os trabalhadores do trigo desfrutam os padrões mais elevados do mundo. O motivo disto é que os salários da indústria açucareira estão relacionados com o facto de que os sectores de subsistência das economias tropicais podem liberar quantos trabalhadores forem necessários à indústria açucareira, a salários baixos porque a produção de alimentos *per capita* é baixa nas zonas tropicais. Por mais produtiva que a indústria açucareira se torne, os beneficiados com isso serão principalmente os compradores industriais, através de preços mais baixos do açúcar. (Os capitalistas que investem no açúcar não entram em questão porque os seus lucros não são determinados pela produtividade do açúcar mas pela taxa geral de lucros do capital; por isso deixamos de lado o capital e a análise seguinte dos efeitos da alteração da produtividade sobre os salários e a relação real de intercâmbio simplifica a análise sem afectar de modo significativo o resultado). Para se elevar o preço do açúcar, deve-se aumentar a produtividade das economias tropicais nos seus sectores de subsistência, que produzem alimentos. Mas a

contribuição do mundo temperado para o mundo tropical, seja no que diz respeito ao capital ou aos conhecimentos técnicos, limitou-se, em geral, aos cultivos comerciais de exportação, onde os benefícios revertem, principalmente, para o mundo temperado sob forma de preços mais baixos. Os preços das culturas tropicais comerciais não permitirão senão salários de subsistência até que, através de uma transformação, o capital e o conhecimento sejam postos à disposição dos produtores de subsistência a fim de aumentar a produtividade da produção de alimentos tropicais para consumo interno,

Essa análise diz respeito a todos os produtos tropicais comerciais, que podem proporcionar uma oferta ilimitada devido à existência de recursos naturais ilimitados em relação, por exemplo, com a demanda de terra da qualidade adequada. Não se aplica ao caso em que os recursos naturais de um tipo especial são escassos. Por exemplo, existe uma grande extensão de terras para a cultura do açúcar ou do amendoim, mas já as terras ricas em minerais ou as exactamente adequadas ao cultivo da cacau são relativamente escassas. O preço de alguns minerais ou do cacau pode, portanto, elevar-se a qualquer nível compatível com a procura. Se as terras forem propriedade dos capitalistas que empregam os seus próprios trabalhadores, isto implicará pequena diferença nos salários. Mas, no caso de estar essa terra escassa nas mãos dos camponeses, estes poderão, naturalmente, enriquecer. Em geral os camponeses só conseguiram extrair muito pouco de suas terras ricas em minerais, principalmente quando estas foram expropriadas por governos imperiais (ou passaram à propriedade da Coroa) e vendidas a capitalistas estrangeiros por quase nada. O cacau é o único caso (certamente duvidoso) em que a escassez mundial de terra adequada parece poder propiciar permanentemente aos camponeses lucros maiores do que seriam obtidos com a produção de alimentos.

Isto não significa que os países tropicais não ganham *nada com o* investimento de capital estrangeiro na produção comercial de exportação. Ganham uma fonte adicional de empregos e de impostos. A acumulação de capital fixo no seu país também torna mais próximo o dia em que a procura de trabalho será igualada à oferta (embora isto não venha aumentar os salários em nenhum país tropical até que não comece a aumentar em todos, visto que, de outro modo, o capital se transferiria para os países onde houvesse excedente). O que não ganham é um aumento dos salários reais; todo o benefício correspondente à maior produtividade do sector comercial irá para o consumidor estrangeiro, pelo menos nas primeiras fases. Nas últimas fases poderão lucrar alguma coisa se seus camponeses imitarem as técnicas capitalistas, fazendo aumentar a produtividade do sector de subsistência; ou se o contínuo aumento do volume de produção de culturas comerciais modificar a relação real de

intercâmbio em favor do produto do sector de subsistência. Qualquer uma dessas transformações afectaria os salários reais, mas só os afectaria, efectivamente, quando as transformações se tivessem estendido a todo o mundo tropical.

Suponhamos, no caso seguinte, que os dois países produzem os mesmos bens e comerciam entre si. A é o país onde o trabalho é escasso e B é o país com oferta ilimitada de trabalho no sector de subsistência (que produz alimentos). Utilizando o esquema clássico da Lei dos Custos Comparativos, podemos dizer que um dia de trabalho

produz em A três de alimentos ou três de manufacturas de algodão
produz em B dois de alimentos ou um de manufacturas de algodão.

Isto, desde logo, responde de modo erróneo à pergunta: "Quem se deve especializar em quê?", visto que colocamos os produtos médios no lugar dos marginais. Podemos supor que estes coincidam em A e também nas manufacturas de algodão de B. Diríamos, então, em termos marginais:

em A produzem-se três de alimentos ou três de manufacturas de algodão
em B produz-se zero de alimentos ou um de manufacturas de algodão.

B deveria especializar-se em manufacturas de algodão e importar alimentos. No entanto, na prática os salários serão dois de alimentos em B e entre três e seis de alimentos em A, a cujos níveis se tornará "mais barato" para B exportar alimentos e importar algodão.

Esta divergência entre o real e o que deveria ser constitui a mais grave diferença verificada na teoria neoclássica de comércio internacional, em decorrência da existência de excedente de trabalho. Concorreu para que muitos economistas se enganassem ao aconselhar, erroneamente, os países subdesenvolvidos, com base nos custos monetários actuais em vez de levantar o pano para ver o que há por trás. Também concorreu para enganar a muitos países que permitiram (ou foram obrigados a permitir) que suas indústrias fossem destruídas por importações estrangeiras baratas, resultando daí apenas um aumento do volume do excedente de mão-de-obra, quando a renda nacional teria aumentado se, pelo contrário, as indústrias nacionais tivessem sido protegidas contra as importações. A culpa não cabe à Lei dos Custos Comparativos, que continua sendo válida se vista em termos marginais reais, mas àqueles que

se esqueceram de que os custos monetários são completamente desorientadores para as economias em que existe excedente de mão-de-obra ao nível do salário dominante.

É claro que sendo o trabalho um bem livre, no caso de as duas indústrias utilizarem algum recurso escasso, como terra ou capital, a comparação não pode ser feita em termos de custo de trabalho, mas sim em termos do recurso escasso. Assim, mesmo quando a mão-de-obra estiver desocupada, pode ser mais económico utilizar capital para incrementar a produção de alimentos que utilizar a mão-de-obra para criar novas indústrias manufactureiras. Como sempre, Adam Smith também se referiu a este problema. Esta era a substância de seu argumento de que uma tarifa não poderia elevar o rendimento nacional mesmo quando incrementasse o emprego, visto que, simplesmente, desviaria capital de usos mais produtivos para outros menos produtivos. (O modelo keynesiano não serve, visto que supõe capital ilimitado, assim como desemprego.) Podem, em todo caso, ocorrer situações em que seja mais económico utilizar capital para criar novas indústrias do que desenvolver as antigas, não sendo isto, no entanto, a coisa mais rentável que se possa fazer no sentido financeiro, porque o trabalho requer um salário quando, na realidade, a sua produtividade marginal é igual a zero. Além disso, as ditas actividades manufactureiras não utilizam, efectivamente, nenhum outro recurso escasso que não o trabalho. Principalmente as indústrias artesanais e domésticas que podem proporcionar emprego até 10% da população dos países atrasados, não utilizam, praticamente, nenhum recurso de capital. E assim mesmo são as primeiras indústrias a serem destruídas pelas importações baratas de manufacturas (por exemplo, o prejuízo causado à indústria algodoeira da Índia na primeira metade do século XIX).

A Lei dos Custos Comparativos, quando correctamente aplicada, permite-nos prever o esquema do comércio internacional. Podemos dizer que os países que possuem recursos agrícolas inadequados em relação às suas populações (por exemplo a Índia, Japão, Egipto, Grã-Bretanha, Jamaica) devem viver da importação de produtos agrícolas e exportação de manufacturas; manufacturas metálicas, se possuem carvão e minerais (Índia, Grã-Bretanha) e manufacturas leves se não os possuem (Japão, Egipto, Jamaica). Reciprocamente, os países ricos em terras agrícolas (Estados Unidos, Argentina) deveriam ser exportadores líquidos de produtos agrícolas com uma relação real de intercâmbio relativamente boa. Actualmente este esquema vê-se perturbado pela divergência entre os custos monetários e reais. Mas se a população mundial continuar aumentando à sua taxa actual, este esquema deverá surgir no devido momento, a menos que se verifiquem desenvolvimentos revolucionários na ciência agronómica.

Continuemos, no entanto, a examinar este caso, supondo que não ocorra nenhuma perturbação. Do mesmo modo que antes, A é um país desenvolvido, enquanto que B apresenta um excedente de trabalho na produção de alimentos. Suponhamos que o trabalho de um dia

produz em A cinco de alimentos ou cinco de manufacturas de algodão
produz em B um de alimentos ou três de manufacturas de algodão
(média).

B deveria especializar-se em algodão, e assim o fará, na realidade. Os salários e os preços estão determinados. O salário em B será um de alimentos, o preço de algodão será de um de algodão = $1/3$ de alimentos, o salário em A será cinco de alimentos e A obterá todo o lucro do comércio. Suponhamos agora que aumente a produtividade na indústria algodoeira de B. O salário de B permanecerá invariável e todo o lucro reverterá para A. Mas se aumentar a produtividade no sector de alimentos de B (elevando-se a média de um para dois, por exemplo), aumentarão os salários de B (de um de alimentos para dois). O salário de A continuará sendo cinco de alimentos, mas o algodão estará agora mais caro (um de algodão = $2/3$ de alimentos), com vantagem para B e desvantagem para A. (O salário de **13** está determinado porque há mão-de-obra ilimitada disponível a um salário de subsistência; e todos os lucros do comércio irão para A porque B produz os dois bens.).

Já é tempo de dizermos algumas palavras sobre o efeito do aumento da produtividade do sector de subsistência nos países com excedente de trabalho. A análise é a mesma que fizemos para a economia fechada, excepto que teremos agora que pensar no mundo, como um todo, como sendo uma economia fechada. Devemos também pensar no sector comercial destas economias como algo que faz parte do sector capitalista mundial.

Neste caso, se o sector capitalista mundial não depender dos camponeses para a alimentação, inclusive para a alimentação de seus trabalhadores agrícolas e das minas nos países de excedente, um aumento da produtividade dos camponeses deverá elevar os salários, de modo desfavorável aos capitalistas. No entanto, para surtir este efeito, a produtividade deverá aumentar em todos os países, pois de outro modo os capitalistas simplesmente transfeririam o seu capital dos países onde se deu um aumento de produtividade no sector de subsistência para aqueles onde isso não se verificou.

Se supomos, por outro lado, que os capitalistas necessitam dos alimentos dos camponeses e que a demanda de alimentos é inelástica, uma produtividade maior reduzirá

ainda mais o preço dos alimentos, diminuindo, assim, a participação dos trabalhadores capitalistas no produto capitalista. Isto supõe, uma vez mais, que as transformações tenham amplitude mundial; se um país aumenta sua produtividade, o preço dos alimentos não diminuirá; aumentarão os salários nesse país e os capitalistas se transferirão para outro lado. No entanto, ao diminuírem os preços dos alimentos, os camponeses consumirão a maior parte de seu produto e passarão a ter melhor situação. Suponhamos, por exemplo, que um camponês produza 100 de alimentos, consuma 80 e venda 20 de alimentos, em troca de 20 de manufacturas. Suponhamos agora que sua produtividade aumente para 200, reduzindo o preço dos alimentos em mais da metade, digamos a 0,4. O camponês poderá obter agora 30 de manufacturas a um preço de 75 de alimentos e consumir 125 de alimentos em vez de 80. O padrão de vida dos países com excedente eleva-se, aproximando-se do padrão dos países adiantados, mas as relações de troca transformam-se de modo desfavorável tanto para os produtos alimentícios quanto para os comerciais dos países com excedente (tornar-se-iam favoráveis aos produtos comerciais se a elasticidade da demanda de alimentos fosse um ou mais).

Na prática, a produção de alimentos nos países tropicais com excedente de trabalho não representa mais que uma pequena parte da produção mundial de alimentos (Ásia e África, em conjunto, produzem menos de 20% dos alimentos do mundo). Assim, os aumentos na produtividade de alimentos nos trópicos não poderiam reduzir o preço dos alimentos *pari passu*. Consequentemente, os salários reais aumentariam e as relações de troca modificar-se-iam a favor dos produtos comerciais tropicais. Isto prejudicaria o trabalho dos países industriais, na medida em que comprasse estes produtos, e beneficiá-lo-ia na medida em que os países tropicais concorressem na produção industrial.

Isto leva-nos, finalmente, ao caso que os dois países, A e B, produzem bens rivais para venda num terceiro mercado. Não é necessário que nos detenhamos muito neste caso. Se o capital é exportado de modo a aumentar a produtividade do sector de subsistência do país importador de capital, os trabalhadores do país exportador de capital serão beneficiados, visto que os salários de seus rivais aumentarão. No entanto, quando se exporta para aumentar a produtividade do sector de exportação do país importador de capital, os trabalhadores do país exportador de capital ver-se-ão duplamente prejudicados. Em primeiro lugar, devido à redução da acumulação de capital no interior do país, e depois, pela diminuição dos preços de seus rivais.

Podemos concluir da seguinte maneira: a exportação de capital tende a reduzir os salários dos países exportadores de capital. Isto é total ou parcialmente compensado quando o capital é aplicado para baratear os artigos importados pelos trabalhadores ou para elevar os custos salariais dos países que concorrem em terceiros mercados (elevando a produtividade em seus sectores de subsistência). No entanto, a redução dos salários vê-se agravada quando o capital é investido de modo a elevar o custo das importações (aumentando a produtividade nos sectores de subsistência) ou a aumentar a produtividade das exportações rivais. Já vimos também que os países importadores de capital com excedente de trabalho não conseguem aumentar os salários reais através do investimento de capital estrangeiro nos mesmos, a menos que este capital resulte num aumento da produtividade das mercadorias produzidas para seu próprio consumo.

RESUMO

Podemos resumir este artigo do seguinte modo:

1. Em várias economias dispõe-se de uma oferta ilimitada de mão-de-obra a um nível de subsistência. Este era o modelo clássico. O modelo neoclássico (incluindo o keynesiano) fornece resultados erróneos quando aplicado a tais economias.

2. As principais fontes de onde procedem os trabalhadores, à medida que avança o desenvolvimento económico, são a agricultura de subsistência, os trabalhos eventuais, o pequeno comércio, o serviço doméstico, as mulheres e filhas que trabalham em casa e o aumento demográfico. Na maioria destes sectores, embora não em todos, quando o país está superpovoado em relação a seus recursos naturais, a produtividade marginal de trabalho é ínfima, nula ou, inclusive, negativa.

3. O salário de subsistência ao qual está sujeito este excedente de mão-de-obra pode ser determinado por uma convenção sobre o mínimo necessário para subsistir ou pode ser igual ao produto médio *per capita* na agricultura de subsistência mais uma certa margem.

4. Numa economia como esta o emprego no sector capitalista expande-se à medida que se realiza a formação de capital.

5. A formação de capital e o progresso técnico não resultam em salários crescentes mas na elevação da participação dos lucros na renda nacional.

6. O motivo pelo qual a poupança é baixa, numa economia subdesenvolvida, em relação à renda nacional não é a pobreza da população, mas os pequenos lucros dos

capitalistas em relação à renda nacional. À medida que o sector capitalista se expande, os lucros aumentam relativamente e uma proporção crescente do rendimento nacional é reinvestido.

7. O capital não é somente formado pelos lucros, mas também pela expansão do crédito. O custo real do capital gerado pela inflação é nulo neste modelo e este capital é tão útil como o gerado de modo mais respeitável (ou seja, através dos lucros).

8. A inflação pode ser cumulativa quando tem a finalidade de apropriar-se dos recursos necessários a uma guerra; mas a inflação que tem por finalidade criar capital produtivo é auto-destrutiva. Os preços aumentam à medida que se cria o capital e diminuem de novo à medida que o produto chega ao mercado.

9. O sector capitalista não pode, assim, expandir-se indefinidamente, visto que a acumulação de capital pode seguir mais depressa que o aumento da população. Quando o excedente é esgotado, os salários começam a subir acima do nível de subsistência.

10. No entanto, o país continua cercado por outros países que possuem excedente de trabalho. Consequentemente, assim que os seus salários começarem a aumentar, terá início a imigração em massa e a exportação de capital para conter o aumento.

11. A imigração em massa de mão-de-obra não qualificada poderia, inclusive, aumentar o produto *per capita*, mas seu efeito seria manter os salários de todos os países próximos ao nível de subsistência dos países mais pobres.

12. A exportação de capital reduz a formação de capital no interior do país mantendo, assim, baixos os salários. Isto pode ser compensado quando a exportação de capital torna brutos os artigos que os trabalhadores importam ou quando eleva os custos dos salários dos países competidores. Mas o facto é agravado quando a exportação de capital eleva o custo das importações ou reduz os custos de países competidores.

13. A importação de capital estrangeiro não eleva os salários reais dos países com excedente de trabalho, a não ser que o capital proporcione um aumento de produtividade das mercadorias produzidas para consumo próprio.

14. A principal razão pela qual os produtos tropicais comerciais são tão baratos, em termos do padrão de vida que proporcionam, está na ineficiência da produção tropical de alimentos *per capita*. Praticamente todos os lucros da maior eficiência das indústrias de exportação vão para as mãos do consumidor estrangeiro, enquanto que a elevação da eficiência na produção de alimentos do sector de subsistência encareceria, automaticamente, os produtos comerciais de exportação.

15. A Lei dos Custos Comparativos é tão válida para os países com excedente de trabalho como para os demais. Mas enquanto nos últimos representa um fundamento válido dos argumentos a favor do livre comércio, nos primeiros representa um fundamento igualmente válido dos argumentos proteccionistas.